

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ATA Nº 046

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Senhoras e senhores, bom-dia!

Convido para fazer parte da Mesa: o Exmº Sr. Celso Fontes, Presidente da Câmara Municipal de Poconé (PALMAS); o Exmº Sr. Clóvis Damião Martins, Prefeito Municipal de Poconé (PALMAS); o Exmº Sr. Deputado Campos Neto; o Exmº Sr. Deputado João Malheiros, 2º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso (PALMAS); o Sr. Carlos Vilela, gerente de negócios do Banco do Brasil (PALMAS); o Sr. Vlamir Marques, engenheiro, representando a ELETRONORTE (PALMAS); o ex-Prefeito Euclides Santos (PALMAS); o Vereador Emir Arrepiado (PALMAS); o Vereador Rodemilson Gonçalo Barros (PALMAS).

Eu quero aqui deixar bem claro que eu fui vereador três mandatos e eu acho que todos os vereadores têm que compor a Mesa.

Convido também para compor a Mesa, o Vereador Antônio Diógenes de Carvalho (PALMAS), e o Sr. Almir de Souza Ferro, Coordenador Regional da EMPAER da Baixada Cuiabana, representando o Presidente Aréssio Paquer (PALMAS).

Quero comunicar e agradecer a presença do Secretário que está sendo representado pelo Prefeito, o Secretário e Vice-Prefeito Arlindo Márcio Moraes; do pastor José Almeida Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, igreja que vem crescendo muito em Mato Grosso. Parabéns, pastor!

Registro a presença de José Daniel Dauri, Supervisor da EMPAER de Poconé e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; Moisés Proença, Presidente do Sindicato das empresas de rádio e televisão; Vicente Assis, representando o Acampamento Nossa Terra, Nossa Gente; Enil Maria de Lara, representando o Acampamento São Vicente; Rubens Acalossi, representando o Assentamento São João; Antônio Rodrigues de Arruda e Silva, representando o Assentamento Modelo; Lúcio Paulo, representando o Acampamento Novo Mundo; Vicente Lemos, representando o Acampamento Capão do Angico; Reinando Maciel de Barros, Presidente da Associação do Bairro Boa Esperança em Poconé; Genil Benedito Barros, representando o Acampamento Vila Portal; Francisco Catarino de Arruda, representando o Acampamento Baía do Campo; José Paulo da Silva, Presidente do Bairro Bom Pastor; alunos da Escola JK, Poconé; Marli Bispo Soares de Loiola, representando o Assentamento Furnas do Buriti; Odair Antônio Vieira, representando o Assentamento Campo Limpo; Teófilo Mendes, representando a comunidade de Campina de Pedra; Sírio de Moraes, representando o MTA, Acampamento Baía do Campo; Nélio Jorge de Almeida, representando a UPAM, União Poconeana da Associação de Moradores; Victor Bugue, do PA Furnas do Buriti I; Nego Rodeio; Jorge Getúlio, Presidente do Sindicato do Trabalhador Rural de Poconé.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Esta Audiência Pública foi solicitada pelo Deputado Zé Carlos do Pátio com o objetivo de discutir as ações de suporte à reforma agrária, tais como Luz para Todos, habitação, PRONAF e outros programas correlatos, na Câmara Municipal de Poconé.

Caso haja interesse de alguém da platéia de interpelar o palestrante poderá fazer com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá três minutos para a resposta.

Minhas senhoras, meus senhores, neste momento, estamos abrindo esta Audiência Pública.

Como eu havia falado, há mais de quatro anos eu vim a Poconé, e eu não era um Deputado de base eleitoral em Poconé, mas eu peguei Poconé como minha terra. Quero aqui dizer que eu peguei Poconé como minha terra, porque eu senti que o garimpo estava se exaurindo, a perspectiva de futuro do nosso povo era uma perspectiva muito difícil e comecei a trabalhar, principalmente na zona rural, para viabilizar mecanismos, buscar novas alternativas econômicas para o Município de Poconé.

Começamos a lutar para criar vários assentamentos, para viabilizar habitação para várias localidades, inclusive cheguei a trazer um assessor meu que ficou em Poconé três meses viabilizando linhas de financiamento para o pequeno produtor. Eu lembro que vários pequenos produtores não tinham como pegar porque nem documentação tinham, pus meus assessores para viabilizar documentação e nós fizemos o PRONAF C, aval cruzado, e hoje nós estamos sentindo que Poconé está mudando o seu perfil. Nós temos o Projeto Nossa Terra, Nossa Gente, em que foram assentados vários trabalhadores, inclusive o dinheiro da habitação foi do Governo Federal, do Governo Lula.

O PMDB assumiu a ELETRONORTE. Vamos incrementar uma política de eletrificação rural muito forte a custo zero para o trabalhador. Já estamos jogando esse Projeto Luz para Todos em todo o território do Estado de Mato Grosso. Inclusive estou indo esta semana a Brasília para reunir com o Presidente da ELETRONORTE, Senadores e Deputados Federais, juntamente com os colegas Deputados Estaduais, e aqui estão os Deputados João Malheiros e Campos Neto, para brigarmos, para ampliarmos esse recurso e buscarmos novas linhas de financiamento. Hoje eu trouxe a segunda maior autoridade do Banco do Brasil do Mato Grosso, o Dr. Carlos Vilela (PALMAS), para falar sobre as novas linhas de financiamento. E quero pedir à EMPAER, às empresas que fazem projetos, para que prestem atenção, porque nós temos novas linhas de financiamento que foram assinadas a menos de uma semana. Eu não poderia deixar de vir aqui em Poconé. Ele falará sobre o novo PRONAF, ele falará sobre o PRONAF Recuperar que é uma nova alternativa de financiamento, ele falará sobre a forma de financiar do PRONAF A/C.

Eu quero aqui falar para o Carlos Vilela que a grande maioria dos trabalhadores daqui não é cliente da reforma agrária, mas nós temos que criar novos mecanismos, talvez o Recuperar, para esses que pegaram o PRONAF C ou então autorizar novas linhas de financiamento para o trabalhador. Nós já conseguimos algumas linhas e precisamos fazer novas linhas de financiamento para o trabalhador. Eu peço a você, Carlos Vilela, porque nós vamos intensificar mais projetos para financiamento do pequeno produtor aqui em Poconé, mas eu preciso muito do apoio do Banco do Brasil, da mesma forma que o Banco do Brasil já deu apoio anteriormente.

Neste momento, eu vou passar a palavra para os meus dois colegas Deputados e depois eu vou passar a palavra para o palestrante. Após eu vou abrir aos trabalhadores e também à Mesa gradativamente, porque todos da Mesa vão usar da palavra gradativamente dentro daquilo que cada um está trabalhando, o pequeno produtor. Vamos dar um dinamismo, vamos ouvir um pouco

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

os trabalhadores, vamos ouvir um pouco a Mesa, para fazer uma dinâmica maior para que possamos ouvir também o que os trabalhadores estão tendo de problemas na área da reforma agrária.

Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, João Malheiros (PALMAS).

O SR. JOÃO MALHEIROS - Bom-dia a todos!

Primeiramente, é uma satisfação imensa estar aqui em Poconé, para onde por diversas e diversas vezes temos buscado alternativas para que possamos tornar mais digna a vida do povo pantaneiro.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do meu ilustre companheiro e amigo, Deputado Zé Carlos do Pátio, do Prefeito Clóvis, do meu querido amigo, Deputado Campos Neto, em nome dos quais saúdo todos os componentes da Mesa nesta Audiência Pública, nesta manhã, aqui em Poconé.

Quero desejar a todos os senhores que aqui vieram boas-vindas e que possamos tornar esta Audiência Pública mais produtiva possível, para que juntos, como disse há pouco o meu companheiro Zé Carlos do Pátio, possamos achar soluções para tornar digna a atividade que vocês exercem. Eu pego a própria justificativa do meu companheiro Zé Carlos do Pátio, quando ele diz aqui: “É preciso tornar a reforma agrária efetiva, é necessário, porém, que se entenda a reforma agrária. Ninguém sensatamente pede só reforma agrária, no sentido apenas de partilha, distribuição de terras, mas também deseja condições acessíveis às infra-estruturas básicas, que possibilitem o agricultor exercer com dignidade a sua vocação agrícola e, só assim, deixar de ser sem-terra, sem-moradia, sem-saúde, enfim sem-nada, e passar a ser instrumento de justiça social”.

É o que ele busca aqui, não adianta assentar por assentar, não adianta assentar sem condições nenhuma, para que vocês possam exercer efetivamente um trabalho que possa evidentemente dignificar as famílias de vocês, trazendo não só o sustento como o excedente desse sustento possa vir a mesa de outras pessoas, tornando assim produtiva realmente o assentamento de vocês. É isso que o Deputado Zé Carlos do Pátio busca, para que vocês lá não fiquem isolados, não fiquem sem condições mínimas de trabalho, para que possam, aí sim, exercer a sua vocação agrícola.

Nós estamos aqui buscando com o Deputado Campos Neto, com as autoridades representadas aqui, com o Prefeito Clóvis, com o representante do Banco do Brasil, condições de melhoria, é esta a razão precípua desta Audiência Pública. O Deputado Zé Carlos do Pátio é muito preocupado com essa questão. Nós temos visto, ao longo do tempo, e temos encorajado o quanto podemos para que o Deputado continue nessa linha de luta incessante pelo pequeno produtor, por aqueles que mais necessitam do apoio público. É, para nós, lá, tem sido um companheiro que não é da base de sustentação do Governador Blairo Maggi, mas que empresta sempre a sua solidariedade. O Deputado Zé Carlos do Pátio não falta a uma sessão e isso nos ajuda a aprovar os projetos, mesmo que, em alguns deles ele seja contra, mas nunca, efetivamente, se negou a discutir, a entender e a ajudar, para que nós possamos juntos fazer um Mato Grosso mais forte. É por isso que aqui estamos atendendo esta convocação, fazendo com que a nossa presença física aqui seja em respeito aos senhores, como solidariedade ao meu companheiro Zé Carlos do Pátio.

Muito obrigado a todos, que esta Audiência Pública seja profícua e que, ao final dela, possamos colher bons frutos para que os senhores possam ter dias melhores. É o que nós queremos. Se Deus quiser isso vai acontecer. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Deputado João Malheiros é um Deputado lutador também pelo Município de Poconé e ele sempre nos seus pronunciamentos, ao lado do Deputado Campos Neto, sempre defendeu os interesses e as bandeiras do Município de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Poconé. Por isso que os dois estão aqui hoje participando significativamente desta Audiência Pública.

Eu passo a palavra ao Deputado Campos Neto, que é um Deputado também, ao lado do Deputado João Malheiros, um lutador pelo Município de Poconé.

Com a palavra, o Deputado Campos Neto (PALMAS).

O SR. CAMPOS NETO - Muito bom-dia a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio, que preside esta Audiência Pública em benefício do produtor rural do Município de Poconé. Cumprimento o Prefeito Clóvis; cumprimento todos os Vereadores da Câmara Municipal, em nome do Vereador Celso Fontes; cumprimento o meu amigo pessoal e aqui minha liderança política, que é o Vice-Prefeito, o Tico de Arlindo, que me acompanha há quatro anos nessa jornada em benefício e luta aqui no Município de Poconé; meu colega Deputado João Malheiros, os representantes do Governo Federal, do Banco do Brasil, EMPAER e demais órgãos que vão nos munir de dados para esta Audiência Pública.

Gostaria de iniciar parabenizando o Deputado Zé Carlos do Pátio e registrar aqui a admiração que tenho pelo Deputado. É um Deputado que, na Assembléia Legislativa, sempre briga pelo pequeno, pelo mais fraco e por aqueles que precisam, em especial ligados à pequena agricultura, à agricultura familiar. Sempre está debatendo, sempre acompanhamos pelos jornais, é um Deputado que está visitando assentamentos, debatendo questões, lutando junto ao Banco do Brasil, junto ao Programa Luz para Todos. E aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu vim me solidarizar. Admiro-o por esta luta e porque é num município que nós temos atuação política. Estamos aqui já há oito anos. Temos um largo círculo de amizade aqui no Município de Poconé, e quando a Assembléia Legislativa vem fazer uma Audiência Pública para discutir os problemas ligados à situação de produtores da região, nós temos que estar presentes. Aqui eu quero dizer que estarei ao lado de Vossa Excelência, lutando no que for possível, para viabilizarmos melhores condições de trabalho, melhores condições para que essas pessoas possam desenvolver as suas atividades na zona rural do Município de Poconé.

Parabéns a Vossa Excelência, parabéns a todos vocês que participam desta Audiência Pública. Um grande abraço a todos! Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É um orgulho para nós os dois colegas Deputados. Eu quero deixar isso registrado, Deputado João Malheiros e Deputado Campos Neto, lutadores pelas causas dos trabalhadores.

Neste momento, eu passo a palavra à segunda maior autoridade do Banco do Brasil de Mato Grosso, Sr. Carlos Vilela.

Eu quero aqui pedir ao Sr. Carlos Vilela que nós saíamos daqui, hoje, desta Audiência Pública, com uma proposta de buscar novas linhas de financiamento à agricultura familiar.

Além de estar sendo filmada esta Audiência Pública, está sendo gravada e vai ser taquigrafada. Nós vamos anotar todas as questões. Serão anotadas todas as reivindicações. Mesmo assim, eu quero pedir para a minha assessoria que anote todas as reivindicações dos trabalhadores na hora em que eles usarem da palavra, dos Vereadores e dos Prefeitos, para nós estarmos atentos das necessidades do município. Eu quero que a minha assessoria anote por tópicos. Estão aqui o Assessor Pedro Machado Miranda, que fez um trabalho brilhante, o Lucas, o Erimar, o Juvair, que é cinegrafista. Eu quero que vocês anotem todos os pleitos, mesmo sendo gravado, porque muitas questões aqui nós já vamos encaminhar para a ELETRONORTE, para o INCRA e para o Banco do Brasil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Com a palavra, o Sr. Carlos Vilela, que vai fazer um apanhado de tudo sobre as linhas de financiamentos para o trabalhador e para a agricultura familiar. (PALMAS)

O SR. CARLOS VILELA - Bom-dia a todos!

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, do Deputado Campos Neto e do Deputado João Malheiros, quero cumprimentar todos os colegas componentes da Mesa.

Deputado Zé Carlos do Pátio, o Banco do Brasil sente-se feliz em participar desses eventos promovidos pela Assembléia Legislativa. Por quê? Porque é um momento de atendermos aqueles objetivos que nós estamos fazendo agora com o segundo mutirão PRONAF. Qual é? É levar informação. Primeiro, levar informação a todos os agentes que estão envolvidos com a agricultura familiar e depois dizer da importância das parcerias.

Com relação ao primeiro tópico, a primeira questão, levar informação, nós estamos fazendo dois tipos de encontros, um com os técnicos e com os funcionários do Banco, aquelas pessoas que vão prestar o atendimento ao agricultor familiar. Nós estamos levando todas as informações, todas as normas, além de crédito, como nós queremos, o que nós temos para oferecer. Então, nós estamos passando essas informações para essas pessoas que vão prestar informação para você. Também da mesma forma, igual, estamos fazendo aqui, hoje, levando informação para o agricultor familiar, quais são as linhas de crédito, quais são as condições que ele tem para pegar esses financiamentos, quais também são as responsabilidades dele, o que ele tem que fazer para ter os benefícios das linhas de crédito, o volume de recurso que tem, as linhas que ele pode pegar, ele pode pegar um tipo de financiamento para uma agroindústria, ou para investir lá na produção dele. Então, fazemos questão de levar essas informações.

Inclusive, Deputado, nós temos umas cartilhas ali com todas as normas e, se possível nós gostaríamos de distribuir, no final, para o pessoal, que ali tem todas as informações de todas as linhas de crédito. Nós ficamos felizes em participar desses encontros.

Entrando já mais nas normas, nas linhas de créditos, o que nós temos para a agricultura familiar? Primeiro, nós temos o PRONAF. O que é o PRONAF? O PRONAF, além das linhas de créditos, também tem uma série de outras ações que não convém a nós, Banco do Brasil, falar, que é desenvolvido pelo Governo, PRONAF Infra-estrutura, e outras ações dentro desse programa. O Banco, onde nós entramos, é nas linhas de créditos.

O que é PRONAF? PRONAF é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. E dentro tem as linhas de crédito.

Como é que faz para o produtor acessar esse Programa? Primeiro precisa do quê? De uma declaração de aptidão ao PRONAF. É ela que vai dizer: não, esse produtor tem as características de produtor familiar e está enquadrado dentro do PRONAF. Vai dizer: não, ele pertence ao grupo A, A/C, o B, o C, D e o E. O PRONAF está estrutura em grupos que eu falarei mais adiante.

Então, é essa declaração de aptidão que diz: não, esse produtor familiar é beneficiário, ele tem o tamanho de área, a forma de posse da terra, a renda dele é obtida na agricultura familiar. Então, ele vai se enquadrar nesse Programa. E com essa declaração de aptidão, vai determinar também o volume de financiamento que ele tem direito a pegar. Então, cada linha do PRONAF tem o volume que ele pode pegar, ou é um volume de custeio, um valor de custeio ou é um valor para investimento. Então, lá no grupo A tem um teto de investimento que hoje é de dezoito mil reais, no grupo A/C, C, D e E, e nós falaremos sobre cada uma dessas linha mais adiante.

Outro detalhe também sobre a declaração de aptidão, onde que o produtor a obtém. Primeiro, se ele for assentado da reforma agrária, ou ele é assentado do INCRA, ou do INTERMAT,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ou do Crédito Fundiário, antigo Banco da Terra, e aqui no município tem pessoas que são assentadas pelo Crédito Fundiário...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só uma pergunta, até para a palestra ser boa, quem é assentado da reforma agrária levanta a mão, do INCRA? E Banco da Terra, aquele que compra a área e assenta o trabalhador? Levanta as mãos, Banco da Terra. Quem são assentados do INCRA são de qual assentamento, só para ter uma idéia? Quando você foi assentado? Em 2000? Assentados pelo INCRA, corretamente, em 2000? Qual assentamento? É assentamento da reforma agrária do INCRA? Do INCRA ou do INTERMAT? Do INCRA? É porque eu queria ter só essa noção, porque ele vai falar de duas linhas de financiamentos, a do INCRA e uma outra que é o PRONAF C, que nós conseguimos naquela vez trezentos financiamentos e vamos conseguir mais agora. A do INCRA tem uma novidade muito boa, vocês prestem atenção.

O SR. CARLOS VILELA - Pessoal, quem vai dar essa declaração de aptidão? Se for assentado da reforma agrária, ou é o INCRA ou é a unidade técnica estadual do Crédito Fundiário que fica lá dentro da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural lá em Cuiabá, ela é que dá essa declaração de aptidão.

O INCRA também vai dar, a partir deste ano, o grupo A/C, até o ano passado era a EMPAER ou o sindicato rural, o A/C vai ser o INCRA também ou o Crédito Fundiário, o pessoal do Crédito Fundiário, que vai dar essa declaração de aptidão. Nas demais linhas, nos demais grupos, quem vai dar a declaração de aptidão? É a assistência técnica oficial, no caso aqui a EMPAER, ou o sindicato rural, sindicato de trabalhador rural também já no grupo E, que é um grupo de maior renda, talvez de propriedade maior, também os sindicatos patronais, sindicatos rurais também podem dar essa declaração de aptidão.

O PRONAF, como eu falei anteriormente, está estruturado em grupo. O Governo estruturou o PRONAF de acordo com a posse da terra, de acordo com a renda. Então, o grupo A, o A/C, são assentados da reforma agrária, ou assentados pelo INCRA, ou assentados pelo Crédito Fundiário ou também pelo INTERMAT. Aqui no município eu acho que não tem assentamentos pelo INTERMAT. Nós vamos chegar lá.

Depois tem o grupo B, o grupo C, o grupo D e o grupo E. Esse grupo B é quem tem renda de zero até dois mil reais. No grupo A não se considera renda. Normalmente, é aquele produtor que está sendo inserido no processo produtivo rural naquele momento. Então, não considera renda.

No grupo B, renda de zero até dois mil. Normalmente ele não tem vinculação com a reforma agrária, é um trabalhador rural, ou é um pescador artesanal, ou é um quilombola, ou é um indígena. Todo esse pessoal pode ser atendido dentro do PRONAF, aquele que tem renda de zero até dois mil, ou de repente um pequeno chacareiro também que tenha essa renda aí.

Depois tem o grupo C, que tem renda de dois a quatorze mil reais, ou é oriundo da reforma agrária, que já pegou o crédito do PRONAF A, já pegou o crédito A/C, já pagou pelo menos duas parcelas do grupo A, operação PRONAF A, aí ele pode passar para o grupo C, ou então é aquele chacareiro tradicional, que é a maioria do pessoal aqui deve estar enquadrado no grupo C, renda de dois a quatorze mil reais. Aí tem o grupo D, ou é oriundo do grupo C ou é aquele chacareiro, aquele pequeno produtor que já tem renda entre quatorze e quarenta mil reais.

Depois tem o grupo E, que é para renda de quarenta até sessenta mil reais. Normalmente é um pequeno produtor que já tem uma renda maior.

Outro detalhe é o da estruturação do PRONAF. Quando o produtor mais precisa? Aquele que está sendo inserido num processo produtivo, agora no PRONAF A ou tem uma renda menor, no caso o grupo B, renda de zero até dois mil reais, o Governo dá mais benefícios, no grupo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A, se você pega um valor de financiamento, você tem 45% de rebate no capital, você paga juro de apenas 1,15%.

No grupo B você tem um rebate de 25% no saldo devedor, você pega mil reais e paga setecentos e cinquenta reais. E nesses grupos também, o Governo dá até a garantia, ele presta garantia para o produtor, o produtor não precisa arrumar garantia, no grupo A, no A/C e no B, o produtor não precisa arrumar garantia. Aí vai subindo nos grupos, os juros vão aumentando, o pequeno produtor vai tendo mais renda, os juros vão aumentando e ele também vai perdendo os benefícios. Chega lá no grupo E, a taxa de juro lá para custeio é de 7,25% e para investimento é 6%, e também não tem rebate no capital, não tem rebate nenhum. Então, a taxa de juro é um pouco maior. Evidentemente que ele vai poder pegar um valor de financiamento um pouco maior.

Então, essa é a estruturação para vocês terem uma noção de como é estruturado o PRONAF. O PRONAF atende todos os tipos de pequenos produtores, seja ele assentado, seja ele posseiro também que vai estar enquadrado no grupo C. Com o posseiro nós temos problemas sérios na Baixada Cuiabana que é de regularização fundiária, que o INTERMAT vem buscando através do Projeto Varredura regularizar essas propriedades, mas que pode depois passar a ser beneficiário do PRONAF A. Normalmente o posseiro pode ser beneficiário do grupo C... (VIRADA DE FITA) ...do INTERMAT, e também pelo crédito fundiário. Pessoal beneficiário do Banco da Terra ou beneficiário, agora, do crédito fundiário, também pode ser beneficiado pelo PRONAF A.

A taxa de juros, 1,15, o limite, o teto, este ano, o valor que o produtor pode pegar dentro dessa linha aumentou também, aumentou de quinze para dezoito mil, sendo que dezesseis mil e quinhentos é para o produtor; mil e quinhentos reais é para assistência técnica, para a EMPAER ou outra empresa que vai prestar assistência técnica para vocês. Esses dezoito mil pode ser pego em uma parcela só, em uma operação só, ou em até duas, sendo que a soma das duas não pode ultrapassar os dezoito mil reais.

Então, esse é o PRONAF A. Se estiver regular perante o INCRA ou INTERMAT, deu a declaração, então você tem o direito de pegar esse financiamento, não precisa de garantia, não precisa de nada.

Depois tem o A/C, que é um crédito de custeio. A primeira operação que o assentado da reforma agrária pode pegar, depois de pegar o financiamento do PRONAF A é o A/C, que é um crédito de custeio. O PRONAF A é de investimento, é para você estruturar o lote, comprar vaca, formar o pasto, fazer uma cerca. O PRONAF A é para isso. O A/C já é um custeio, é para você plantar uma lavoura de mandioca ou fazer o custeio, comprar sal mineral, comprar medicamentos, vacinas para o seu rebanho lá, pode ser um custeio pecuário também.

Então, é a primeira operação que o assentado da reforma agrária pode pegar depois de pegar o A/C.

Agora, este ano, Deputado, como Vossa Excelência falou, surgiu uma nova linha de crédito que é o PRONAF A Recuperação de Unidades Familiares. Para quem é essa linha de crédito? São para os que foram assentados até 1º de agosto de 2002.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Presta atenção nessa parte aí. Esse dinheiro é o dinheiro mais barato que nós temos hoje depois do PRONAF A, o PRONAF Recuperar, para assentados até agosto de 2002. Presta atenção na palestra dele.

O SR. CARLOS VILELA - Então, é para quem foi assentado até essa data. Não precisa de garantia, também, nessa linha. O teto da linha que você pode pegar, que o pequeno produtor pode pegar, é de seis mil reais. Seis mil reais, com juros de um por cento ao ano. Nada mais do que isso, juro de um por cento ao ano. Evidentemente, o produtor tem que estar em dia com a sua operação lá. Ou do PRONAF A ou do A/C. Ele não precisa ter pago nenhuma parcela da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

operação no PRONAF A nem do A/C. Se ele foi assentado até 1º de agosto de 2002, ele pode ser beneficiário dessa linha.

Então, esse é o PRONAF A Recuperação de Unidades Familiares, uma linha de crédito que nasceu agora que o Governo criou nesse plano/safra 2005/2006. Agora, depois disso, o que o produtor, o assentado - vamos falar primeiro do assentado e depois para os demais produtores, também. Qual a primeira linha de crédito... Mas o produtor fala: eu quero continuar pegando mais financiamento. Qual a linha? E Quais as condições? Aí já tem o grupo C, PRONAF C. O PRONAF C tem crédito de custeio e crédito de investimento. O crédito de custeio, o teto é de três mil reais, e o crédito de investimento são seis mil reais. Os juros são de quatro por cento no custeio e de três por cento no investimento.

Em que condições o assentado pode pegar nessa linha? Primeira coisa, ele tem que ter pego crédito de custeio, os três créditos de custeio do A/C. Este ano também o A/C passou a ser três créditos. Até a safra passada você pegaria apenas um A/C, um custeio A/C. Este ano, não, aumentou, são para três. No A/C há uma facilidade maior em função - muito embora tenhamos tido problemas de recursos nas duas últimas safras, que esperamos não aconteça nessa safra agora - em função de ter mudado a fonte de recurso. Anteriormente era Tesouro Nacional, hoje é recurso do FCO, e do FCO todos nós sabemos que cinquenta e um por cento dos recursos têm que ser aplicados com o mini e o pequeno, o que essa safra espera, Deputado, aplicar todos esses recursos de cinquenta e um por cento. Pode acontecer, esperamos que aconteça, que venham até utilizar recursos do grande produtor para o pequeno produtor, em função de ter possibilidade de se usar em mais linhas, inclusive no A/C.

O A/C passou a ser recurso do FCO. Então, não devemos ter problemas de recursos este ano.

Voltando lá no PRONAF C, quais as condições para o assentado pegar lá no grupo C? Primeiro, ele ter pego essas três operações do A/C e pagar pelo menos duas parcelas do PRONAF A. Se você considerar, PRONAF A são dez anos, três anos de carência, normalmente, nunca menos que isso, três anos de carência, significa que você vai pagar a primeira parcela no quarto ano; paga no quarto ano a primeira parcela. Pagar duas, então, dá cinco anos. E aí o custeio, normalmente um ano de prazo, vão também dar os quatro, cinco anos também nesse período.

Essa é a estruturação que o Governo Federal deu para o assentado. O assentado vai poder pegar lá depois que atendeu a esses requisitos. Por que isso? Não adianta, também, só pegarmos recursos, o produtor pegar recursos e ele não ter condições de pagar. Às vezes, se ele pegar muito, depois não vai ter condições de estar pagando isso. Só para vocês terem uma noção, nós temos dentro do PRONAF A a inadimplência de cerca de quarenta a quarenta e um por cento. Ou seja, de cada cem produtores que pegam financiamento do PRONAF A, quarenta e um produtores não pagam o financiamento. Muito embora tenham rebate lá de quarenta e cinco por cento. Aí, são devidos a uma série de fatores que não é o caso de nós estarmos discutindo isso. Isso é mais para o INCRA estar pensando isso.

Então, nós vamos dar crédito, o Governo vai dar crédito depois, continuar dando crédito para quem? Para aquelas pessoas que mostram ter capacidade de estar honrando seus financiamentos e estar melhorando suas condições de vida. Então, àquelas pessoas que pagaram financiamento nós vamos dar o crédito lá do grupo C ou do grupo D, se ele já tiver renda acima de quatorze mil reais/ano. Mas, normalmente, vai ser no grupo C.

Então, essas são as questões para os assentados da reforma agrária. Agora, os pequenos chacareiros, aquele pequeno produtor, sitiante que tem uma terrinha que ele comprou, ou que ele herdou, ou que de repente arrendou, ou que de repente tem posse, onde nós podemos atendê-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

los? Nós podemos atendê-los dentro do grupo C, ou do grupo D, ou do grupo E. Aí vai depender da renda que ele tem atualmente. A certidão de aptidão que vai ser emitida pela EMPAER ou pelo Sindicato é que vai dizer: Não, o produtor enquadra no grupo C, ou enquadra no grupo D, ou enquadra no grupo E, de acordo com a renda que ele tem. E aí, no grupo C, o que ele vai poder pegar? Um crédito de custeio, três mil reais, e um crédito de investimento de seis mil reais. São dois financiamentos diferentes. Pode pegar os dois, dá nove mil reais. Juros do custeio, quatro por cento, e do investimento, três por cento. Era quatro por cento, nessa safra baixou para três por cento.

O prazo custeio de acordo com o ciclo da cultura pode ser de até dois anos. Se você pegar para plantar milho é de um ano; se pegar para plantar, de repente, mandioca ou abacaxi, que o ciclo da cultura é acima de um ano, aí o prazo/vencimento é de dois anos. O investimento é de oito anos, com até três anos de carência. Depois, se de repente, não, ele tem renda de quatorze a quarenta mil enquadra no grupo D. De repente esse produtor, Deputado, que pegou financiamento do grupo C ano passado, dois, três anos atrás, de repente ele evoluiu, começou com aquele financiamento que fez, evoluiu, passou a ter mais renda, aí já passou a ser enquadrado no grupo D. Aí nós podemos dar o crédito para ele no grupo D. Qual o valor que ele vai poder pegar? Lá no investimento, tem investimento e tem custeio. Custeio é seis mil reais, ele pode pegar os seis mil reais de custeio ou pode pegar os dezoito mil que é de investimento. Se ele ainda tiver parcelas a pagar do investimento do grupo C, aquele que ele pegou com o aval cruzado, é só subtrair o valor da dívida que ele tem, dezoito menos o valor da dívida, nós podemos estar dando esse crédito complementar para esses produtores que, efetivamente, já evoluíram lá no grupo, já aumentou sua renda. Se não aumentou, ele pode pegar, se já pagou um pouco dessa operação do PRONAF C, ele pode pegar diferença do teto de seis mil reais.

Os prazos também são os mesmos, de até dois anos para custeio e até oito anos para investimento. Os juros também são os mesmos, quatro por cento de custeio e três por cento de investimento.

Depois, se ele já evoluiu mais de renda, ou já tem renda, de repente tem pequenos produtores que já têm renda entre quarenta até sessenta mil reais/ano, aí ele está enquadrado no grupo E, que pode pegar vinte e oito mil para custeio e trinta e seis mil para investimento. As taxas de juros já aumentam, o custeio é sete ponto vinte e cinco, e o investimento é seis por cento. O Governo acha: Não, ele tem mais renda, ele tem condições de pagar uma taxa de juro um pouco maior. Evidentemente, ele vai poder pegar um pouco mais de recursos.

Então, são essas linhas de cada grupo que está estruturado o PRONAF. Depois tem alguma outra linha? Tem! Tem várias outras linhas. Depois tem o PRONAF Agroindústria, tem o PRONAF Jovem, o PRONAF Mulher, o PRONAF Agroecologia, que também é uma linha nova este ano...

Eu não sei, Deputado, quanto tempo tenho ainda, poderíamos estar falando de cada uma dessas linhas bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode falar.

O SR. CARLOS VILELA - Então, tá.

Tem o PRONAF Mulher, que também é novidade para este ano. Então, vamos começar pelo PRONAF Agroindústria. O que é o PRONAF Agroindústria? Para que serve? De repente, o produtor tem uma farinheira, ou pode ser o assentado, ou pode ser aquele pequeno produtor tradicional, ele produz mandioca, quer fazer uma farinheira e financia a farinheira. O PRONAF Agroindústria financia farinheira. O outro, de repente, produz cana, quer beneficiar, quer fazer rapadura, quer fazer açúcar mascavo, sei lá o que quer fazer, ou produz uma fruta e quer beneficiar essa fruta. Então, financia a indústria. O PRONAF Agroindústria é para beneficiar a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

agroindústria. Qual o valor desse financiamento na agroindústria? É de dezoito mil reais para investimento. Também tem um crédito de custeio que é até cinco mil reais. De repente, é preciso comprar embalagem para colocar a sua produção. Também tem, é de cinco mil reais. Dezoito mil no investimento. Agora, se de repente o pessoal quer fazer, não quer fazer sozinho, quer montar um grupo, então, ele pode pegar só dezoito mil ou pode pegar mais? Ele pode pegar mais. Ele pode pegar dezoito vezes o número de beneficiários. Pode ser uma associação ou pode ser uma cooperativa. Aqui no PRONAF Agroindústria é permitido o financiamento para associação, para cooperativa ou para agroindústria. Nas demais linhas que eu falei só admitem pessoa física, só admitem nome do produtor, do CPF dele. Por isso é importante os pequenos produtores, todo ano, fazerem a declaração de imposto de renda normal, se ele tiver rendimentos anuais acima de doze mil, ou ele fizer a declaração de isento. Inclusive, é época de estar fazendo. Se o produtor não tiver feito essa declaração todo ano, ele não pode pegar financiamento no banco. Aí, com certeza, demora uns quinze dias a mais até regularizar para poder sair o financiamento.

Então, só na agroindústria admite pessoa jurídica, uma associação ou uma cooperativa. Nas outras linhas só pessoa física. Mas ele fala: Não, mas eu tenho uma associação ali e quero comprar um trator. É possível? Em nome da associação, não. Mas em nome daquelas pessoas, se juntam, se unam para comprar esse trator em nome daquelas pessoas, utilizando os tetos individuais de cada um.

Voltando à agroindústria, o prazo é de oito anos, incluso até três anos de carência. Então, esse é o PRONAF Indústria. O problema maior, nós já tivemos financiamento nessa última safra dentro do PRONAF Agroindústria, mas as dificuldades são as exigências ambientais, exigências sanitárias, a dificuldade do pequeno produtor de estar obtendo, de ter alguém, uma entidade que vai fazer aquele projetinho, que vai ajudá-lo a obter essas licenças. A do SIF ou do SIS, que é a inspeção estadual. Então, é a dificuldade do pequeno produtor de estar obtendo, porque normalmente ele não conhece as assistências técnica. Também o custo disso, de repente, seria alguma coisa de estar fazendo dentro da Assembléia Legislativa algum benefício, facilitar o pequeno produtor, o produtor familiar de estar obtendo essas licenças para instalar uma agroindústria. Eu acho que é o caso de estarmos pensando nisso.

A agroindústria então é isso. Tem também o PRONAF Jovem. O que é o PRONAF Jovem? É para aqueles jovens, filhos do agricultor familiar, que tem entre 16 e 25 anos, que esteja cursando o último ano agrícola, ou já cursou o colégio agrícola. Ou tenha participado de alguma capacitação pelo MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, de pelo menos cem horas. Aí esse jovem que tem de 16 a 25 anos pode obter esse financiamento no PRONAF Jovem. Não precisa de garantias. Não precisa de garantia. O teto dessa linha é de seis mil reais, juros de um por cento ao ano, até dez anos para pagar e até cinco anos de carência. Então, é muito facilitado. Evidentemente, tem que identificar esses produtores, esses jovens que têm de 16 a 25 anos que tenham ou cursado colégio agrícola, ou esteja cursando o último ano, ou tenham participado dessa capacitação promovida pelo MDA. Então, esse é o PRONAF Jovem. Ele precisa apenas da declaração de aptidão, ter uma declaração de aptidão específica para esse grupo, é a 2.0. Então, o PRONAF Jovem é isso aí.

Depois, tem o PRONAF Mulher. Quem é a beneficiária? São todas as trabalhadoras rurais que se enquadram nos grupos A, A/C, B, C, D e E, ou para esposa de um assentado, ou ela seja assentada, ou esposa ou companheira de uma unidade familiar de um pequeno produtor tradicional, aquele chacareiro, ela pode ser beneficiária do PRONAF Mulher. A declaração de aptidão é aquela já da unidade familiar, apenas é colocada lá como segunda beneficiária, ou, de repente, ela pode ser a primeira titular, se ela for a chefe de família. É a 1.43 ou 1, normalmente é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

1.43. Então, ela vai poder pegar lá, basta a declaração de aptidão. Não precisa ter nada em nome dela, pode estar tudo em nome do marido, não tem problema nenhum.

O que ela pode pegar? Se ela for esposa do assentado, vai poder pegar mil reais. Mil reais que é o mesmo crédito do grupo B. Eu até me esqueci de falar do grupo B, o grupo B é mil reais, é um crédito de investimento, mas com um prazo de apenas dois anos. É complicado você fazer um investimento com dois anos de prazo. Então, tem que ser uma atividade que vai gerar renda mais rápida. De repente, o marido, a unidade familiar produz leite, aí ela vai beneficiar, fazer o queijo, ou fazer uma outra atividade.

Se ela não for assentada, for esposa ou companheira, ou mesmo ser solteira, não precisa estar casada - na última safra ela tinha que ser esposa ou companheira de unidade familiar. Agora não, mulher trabalhadora rural, independente de sua condição civil, se ela for lá de um produtor tradicional, que nós chamamos não-assentado, aí ela vai poder pegar: se ela estiver enquadrada no grupo C, pode pegar os seis mil reais de investimento; no grupo D, dezoito mil; no grupo E, trinta e seis mil. É só crédito de investimento, não é crédito de custeio, só de investimento. Então, esse é o PRONAF Mulher. Essa é uma novidade que saiu para o grupo A, A/C e o B, podem pegar o financiamento. Até o ano passado era só no grupo C, D e E. A única condição para o assentado é que a unidade familiar vai ter que ter pago, pelo menos, um crédito de custeio A/C. Tem que ter pego um A/C primeiro, essa é uma condição, esse é o PRONAF Mulher.

Lembrando bem, gente, PRONAF Mulher é para atividade a ser desenvolvida pela mulher. Existe alguma restrição por parte do banco em alguma atividade para mulher? Não. Desde que, efetivamente, ela vá fazer aquela atividade. Isso aí nós temos que deixar bem claro. PRONAF Mulher não é um meio, um artifício para aumentar o financiamento para aquela unidade familiar, para o esposo ou para os filhos fazerem. Não! A idéia do Governo é o quê? Agregar renda, mais gente trabalhando, mais gente gerando renda para aquela pequena propriedade familiar. Essa é a idéia do Governo.

Depois, PRONAF Mulher... Tranquilo? Se vocês tiverem alguma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É isso que eu ia falar. Eu vou abrir a palavra para os trabalhadores e para a Mesa para tirar dúvidas, de perguntas, pode ser?

O SR. CARLOS VILELA - Tranquilo. Sendo perguntas fáceis, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero só chamar os trabalhadores, me desculpe o Clóvis, Presidente da Câmara, aqui é delimitado, mas eu quero que os trabalhadores entrem e se sentem, aqui é nossa casa. Até porque está muito apertado, senta aqui no chão mesmo, não tem cadeira, não tem problema, não, vamos ouvir e fazer perguntas. Fiquem à vontade. Os trabalhadores podem entrar, ficar à vontade aqui. Estou sentindo que tem muita gente para fora.

Bem, eu quero cumprimentar o João Bosco, Superintendente Adjunto do INCRA, que é um companheiro maravilhoso, que sempre lutou pela reforma agrária. Que, aliás, o INCRA vem com muita força agora no PRONAF Recuperar, e que já está a Mesa, e o Amauri Campos, Coordenador do Crédito Fundiário de Mato Grosso, e quero convidá-lo para compor a Mesa conosco. Aliás, Amauri, eu quero dizer o seguinte: terra aqui em Poconé é barata, não é tão cara assim, não! E acho que nós temos que intensificar o crédito fundiário aqui, e sede em Poconé, e você pode nos ajudar muito no crédito fundiário aqui como alternativa de gerar emprego, renda e assentar trabalhadores.

Bem, eu quero neste momento abrir a palavra para perguntas. A primeira pergunta eu vou deixar, vamos fazer umas três perguntas e vou deixar as pessoas fazerem perguntas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Primeiro, as mulheres que estão aqui, levantem as mãos, todas as mulheres... Oh! Coisa maravilhosa... (PALMAS)... é bom demais. As mulheres, vocês têm vontade de fazer o PRONAF Mulher? Então, a pergunta que eu quero fazer é a seguinte: O PRONAF Mulher não tem burocracia ou tem burocracia? É fácil sair o dinheiro? O que é preciso para as mulheres nossas pegar esses mil reais para fazerem uma granja caseira, galinha poedeira, criar suinocultura, doce? Essa pergunta que eu faço. Eu vou deixar essa pergunta aí. É melhor fazer uma por uma. O que elas podem fazer? Tem burocracia? Podemos colocar os técnicos para fazer o projeto, que vocês liberam rápido para nós?

O SR. CARLOS VILELA - Dentro do PRONAF para o assentado do grupo A, não precisa de garantia, não precisa de nada. Basta o quê? A unidade familiar estar em situação regular perante o banco. De repente, pegou o PRONAF A, tem uma parcela vencida ou pegou o A/C e não tem pago, isso aí impede o financiamento. Mas, se não tem, basta o projetinho, a declaração de aptidão. Precisa da declaração estar em nome do marido e da esposa. Os dois titulares precisam disso. Se não tiver... Mas esse é o companheiro, pode ser a ex-companheira, também, se for só união estável, como nós chamamos hoje, pode pegar o financiamento sem problema nenhum, não precisa ser casado, não.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - As mulheres, a maioria dos maridos deve o banco? Deve o banco, a maioria dos maridos? Está com alguma prestação atrasada? Não, e vocês são de reforma agrária assentada, de reforma agrária ou não? (MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mas, acampados pode pegar?

O SR. CARLOS VILELA - O acampado não pode pegar financiamento ainda. Infelizmente, ainda não pode pegar, até vir a ser assentado. Só depois vai poder pegar o financiamento. Se, de repente, pegasse o PRONAF C, impediria de estar pegando o financiamento lá do PRONAF A que tem muito mais benefícios. Então, o acampado, por hora, dentro das normas do Governo Federal, não tem acesso a crédito ainda.

Agora, só complementando ainda, de repente, a mulher não é assentada, para a esposa do assentado ou para aquela que é assentada, tem mais facilidade de estar pegando crédito, não precisa de garantia, não precisa de nada. Agora, nas demais linhas, no PRONAF C, no PRONAF D, a esposa de um produtor tradicional, evidentemente, nós vamos trabalhar com questões de garantias da mesma forma como trabalhamos com os demais. Olhando sempre a atividade ser viável economicamente, a mulher tem que plantar uma atividade que vai ter que vender aquela produção e vai ter renda daquilo ali. Esse é o primeiro caso. Pelo valor do financiamento nós podemos estar trabalhando com o aval entre as pessoas que estão fazendo o financiamento ou um outro aval. Agora, se já for no PRONAF D, PRONAF E, já pegar acima de quinze mil, valores maiores, nós vamos estar exigindo, de repente, um aval de uma outra pessoa que tenha condições. Mas a idéia é sempre facilitar aquela garantia mais fácil para o produtor. Agora, precisamos de projetos, precisamos de demandas, nós não temos tido tanto demandas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É o Vereador Emir Lucas, Vereador Arrepiado, para todo mundo.

O SR. EMIR LUCAS - Bom-dia a todos os produtores (PALMAS).

Em seu nome, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero agradecer a presença de todos os Deputados que se fazem presentes, os nossos Pares desta Casa, Vereadores Caçamba, Rodonilson, nosso Presidente e também agradecer Vossa Excelência por ter atendido a nossa reivindicação para trazer esta audiência pública para discutir com os nossos produtores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E gostaria, Carlos, com todo respeito que tenho pela sua pessoa, mas de dizer para Vossa Excelência que nós não temos o Banco do Brasil aqui em Poconé. O Banco do Brasil em Poconé não está a serviço do pequeno produtor, a verdade é essa... (PALMAS).

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu mandei uma equipe no ano passado aqui em Poconé - onde queremos agradecer Vossa Excelência, Deputado - que elaborou quase mil projetos em Poconé, e, infelizmente, o nosso Banco do Brasil, Carlos Vilela, eu gostaria que Vossa Excelência visse o que pode ser feito por Poconé. Não tem apenas... Tem apenas um funcionário para atender todo o projeto do meio rural, dos agricultores familiares e dos pecuaristas. É uma vergonha, todos os projetos que colocamos naquela agência estão aqui a EMPAER presente, não são aprovados porque... Não, não vamos culpar o funcionário, ele trabalha além do horário dele, a gente tem esse conhecimento, mas falta o corpo do Banco do Brasil, faltam pessoas preparadas, qualificadas para atender, mais funcionários para atender o nosso produtor. Não adianta, Deputado, virmos discutir mais projetos para Poconé, se não mudarmos a cara do Banco do Brasil em Poconé. Não adianta colocarmos o projeto lá, porque o produtor faz o seu projeto de quatro, seis, doze mil, ele gasta mais com passagem vindo, indo na sua comunidade, as comunidades são distantes, e não é resolvido.

Então, eu acho que o primeiro passo que temos que dar, Carlos Vilela, é mandar funcionário para essa agência, porque da forma que está não dá mais de suportar.

Um trabalhador rural, um produtor que tem aqui, muitas vezes ele tem que vir quatro vezes em Poconé para ser atendido. Muitas vezes, ele passa aqui, Carlos, pode perguntar sos produtores, quatro horas na fila para conseguir falar com esse um funcionário que é o Netinho, o qual somos solidários a ele, porque é apenas um.

Então, dizer a Vossa Excelência, Carlos, que encaminhe funcionários para a nossa agência. E aí, sim, Deputado, pedir para Vossa Excelência que vamos aí com o Banco do Brasil fazer novamente aquele mutirão que havíamos feito. E, agora, com muito mais. Ao invés de fazer mil, vamos fazer cinco mil projetos do PRONAF, um mutirão rural, junto com a EMAPER, junto com a Secretaria de Agricultura, junto com a Câmara Municipal, enfim, junto com todas as instituições, porque da forma que está... Eu tenho exemplo de vizinhos da nossa região, sou produtor rural, Carlos Vilela, residimos em torno de, aproximadamente, oitenta quilômetros da região daqui.

Dizer a Vossa Excelência, aqui tem produtor, como aquela dona lá da janela, ela mora quase cento e vinte quilômetros daqui, para ela fazer um projeto do PRONAF, ela tem que dar mais de quinze viagens. São ações, Deputado, que não podem mais existir em Poconé. Nós temos que achar um caminho.

Dizer também... Eu gostaria de fazer uma pergunta quanto à questão do PRONAF Recuperar, não só para o assentado, levar para os nossos assentamentos, mas também, Carlos Vilela, abrir uma exceção para todas as comunidades tradicionais. Nós temos em torno de setenta e duas comunidades rurais em Poconé. Nós temos aqui quase dezesseis assentamentos no total, incluindo Banco da Terra, INTERMAT, Projeto Nossa Terra Nossa Gente, Projeto do INCRA, enfim, os assentamentos.

Dizer, Deputado, de Vossa Excelência, eu acho que é uma bandeira do senhor, do nosso companheiro Carlos, de nós Parlamentar, vocês Deputados, mudar a forma como está essa Agência do Banco do Brasil. Ou, se não, eu convido esses produtores que estão aqui, vamos fazer uma grande manifestação nos próximos dias na frente dessa agência e trancá-la, lacrar tudo, quem sabe assim... (PALMAS). Aí o Banco do Brasil vai respeitar e atender os nossos pequenos produtores da forma que eles têm que ser recebidos. Infelizmente, por parte de alguns certos funcionários da Agência do Banco do Brasil o nosso produtor não é atendido da forma que tem que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ser. Não adianta o João Bosco liberar carta-aptidão para os nossos produtores que nós não conseguimos. A Presidente de uma associação está a três anos correndo atrás desse PRONAF Mulher, a Dona Nadir, não consegue, tem os projetos todos prontos, campo limpo, os projetos, e cadê? Não libera, Sr. Deputado. Não adianta falarmos que Poconé está bem, que não está.

Nós temos aqui Agência do Banco SICOOB, que foi fechado (PALMAS)... que veio um grupo, infelizmente, uma quadrilha, que acabou com o nosso Banco SICOOB. Hoje nós temos apenas a Agência do Banco do Brasil, e não temos funcionários.

Eu gostaria, Carlos, que Vossa Excelência olhasse com bons olhos, não adianta só mandar recursos se não melhorar o tipo de atendimento, acabar com essas filas de mais de quatro horas de relógio de nossa Agência e colocar cinco, seis pessoas competentes e responsáveis para atender os nossos pequenos produtores. Meu muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Superintendente do Banco.

O SR. CARLOS VILELA - Vereador, quero dizer que a sua preocupação é a mesma preocupação nossa. Agora, é o seguinte, temos algumas coisas que nós precisamos deixar bem claro, tem que estar bem claro para nós... (VIRADA DE FITA) ...nem para todo mundo vai se possível pegar aquele financiamento, nem todo mundo vai atender às condições do Programa. Infelizmente, a norma é essa. Mas o PRONAF existe para todas as pessoas.

Agora, nós temos feito um esforço muito grande nos últimos anos, apesar dos vários problemas, dos problemas com funcionários. Infelizmente, nós somos um banco do Governo Federal que tem um número de funcionários limitado. O Governo limita o número de funcionários. Nos dois últimos anos nós tivemos problemas de falta de funcionários. Nós temos um funcionário em Brasília, treinando, tentando trazer as pessoas de lá. Nós estamos dando incentivos financeiros para as pessoas virem para o nosso Estado. Infelizmente, no último concurso... Tem toda parte burocrática e não podemos fazer concurso. Dos dois últimos concursos que nós fizemos no Estado nós chamamos todos os aprovados para trabalharem. Infelizmente, o rodízio do nosso Estado é muito grande. Então, não temos conseguido manter os nossos funcionários, mesmo porque o salário hoje do Banco do Brasil não é aquele de antigamente. Então, nós temos tido dificuldade de suprir com o quadro de funcionários aqui, no Estado. Nós temos uma funcionária em Brasília, há dois, três meses, treinando pessoas, tentando convencer as pessoas para virem para o nosso Estado. Nós tínhamos duzentas pessoas, hoje nós temos somente oitenta. Então, nós temos conseguido suprir esse quadro. Esse foi um problema sério. Nós tivemos um problema sério.

Outra ação que nós fizemos, o Governo autorizou contratarmos pessoas para fazerem essa safra. O que nós fizemos? Nós mandamos para o grande? Não. Nós só mandamos para aquelas agências que têm o pequeno produtor, onde tem PRONAF. Nós mandamos exclusivamente para essas agências. Inclusive, para Poconé virão pessoas para atenderem. Então, nós temos procurado sanar esse problema da falta de mão-de-obra.

Outra coisa que nós estamos fazendo é buscar parceria, tendo em vista a importância da parceria. O Banco do Brasil sabe que sozinho ele não dá conta. No nosso Estado repassamos quase 98% dos recursos e para 98% das famílias esses recursos foram repassados via Banco do Brasil. Nos outros, como acontece? A média do país, quanto é? O Banco do Brasil repassa setenta e poucos por cento, 70%, 30% são outros agentes financeiros que repassam. Então, em outros Estados há mais instituição financeira trabalhando junto. O Banco do Brasil sozinho não dá conta. Mas nós estamos procurando desenvolver mecanismos que nos permitam atender um maior número de pessoas. Nós saímos na safra 2002/2003, nas linhas do a/c do c, d e do e, fora o PRONAF-A, de 3.600 famílias para mais de 14.000 mil famílias atendidas em duas safras. Esse é o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

trabalho de parceria que nós estamos fazendo, com a EMPAER, com Prefeitura Municipal. Há muita prefeitura municipal que tem empresa de assistência técnica que elabora projeto com associações, com sindicatos. É isso que nos tem permitido crescer. Evidentemente, está muito aquém daquilo que consideramos o ideal. Nós temos procurado resolver esses problemas. Então, é importante a questão das parcerias. Nós precisamos de parcerias. Se um projeto chegar bem feito dentro do Banco, com toda documentação pronta... É por isso que nós estamos fazendo esse treinamento com assistência técnica. Não, precisa-se disso, daquilo. Projeto bem feito... Um projeto bem feito reduz a metade do prazo que nós temos para contratar uma operação. Já pensaram em um projeto que vai duas, três vezes, na mão-de-obra, na estrutura, que isso consome?

Então, nós temos feito uma série de ações que nos estão permitindo melhorar. E nós esperamos que aqui melhore. Aqui, nós atendemos quase que exclusivamente o pequeno produtor. Nós não temos grande produtor aqui. Aqui, de mil pequenos produtores, nós temos dez grandes produtores. O nosso perfil é de pequeno produtor. Eu não tenho os números aqui, não trouxe, mas, com certeza, nós temos mais de mil famílias beneficiadas no PRONAF-A, no A/C, no C. Com certeza nós temos. Não temos grandes produtores aqui.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agora, nós vamos abrir a palavra.

Eu só queria pedir ao senhor que anotasse, porque eu acho que poderia ser feita uma reunião com toda Diretoria do Banco para trazer mais técnicos para cá.

Nós vamos abrir a palavra para perguntas para três pessoas. As inscrições estão abertas. Quem quiser perguntar o microfone está aberto.

Eu quero aqui... Inclusive, tem realmente algumas perguntas para o Dr. Carlos Vilela.

O SR. CARLOS VILELA - Há três perguntas. Eu vou respondê-las bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vamos abrir mais, depois você responde.

Está aberta a palavra para as perguntas, tanto aos trabalhadores, quanto à Mesa. Eu quero deixar bem aberto, porque trabalhador vem, anda 120km, quer fazer uma pergunta... Alguns estão fazendo por escrito. As perguntas estão chegando por escrito, mas podem fazer no microfone, se quiserem.

Algum trabalhador quer tirar uma dúvida? Pode vir aqui. Está aberta a palavra.

Passe o microfone para ela. Vamos fazer três perguntas da platéia e depois nós vamos abrir.

Outras pessoas que quiserem fazer perguntas podem chegar aqui. Poder fazer a pergunta, minha senhora. Pode fazer à vontade.

A SRª ENIL MARIA DE LARA - Bom dia a todos!

Eu gostaria de perguntar sobre o PRONAF. Nós não estamos ainda assentados, estamos acampados, no Acampamento São Vicente, por quatro anos. Seis anos de espera e quatro anos dentro do acampamento e até hoje não foi feito nada. É isso que eu gostaria de saber. E ainda não pegamos recurso de nada, sempre debaixo do barraco. Vem chuva, vem frio, e estamos embaixo do barraco. Nós sempre estamos indo ao INCRA, mas o INCRA até hoje não deu definição. Foi feita vistoria três vezes e não foi enquadrado. É isso que nós queremos saber.

E sobre esse PRONAF nós queremos saber se nós, que ainda não estamos assentados, não temos o direito de fazer para resolver alguma coisa, porque parado não tem como ficar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Minha Senhora, vamos chamar outros para fazer perguntas. Eu acho que essa resposta caberá ao Dr. João Bosco, que é do INCRA, e ao Dr. Amauri, que é do Projeto Crédito Fundiário. Porque se não está dentro da legalidade tem-se que buscar uma saída.

Poder fazer a pergunta.

A SR^a APARECIDA CRISTINA SOUZA SILVA - Bom dia a todos!

Eu gostaria de saber o seguinte: Eu tenho um sítio...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tem sítio?

A SR^a APARECIDA CRISTINA SOUZA SILVA - Tenho. E já pejei de todas as maneiras para pegar um PRONAF, mas não consigo. Eu já fui à EMPAER. Eu já fui em tudo.

Eu queria saber se eu tenho direito ao PRONAF e em qual grupo enquadraria? Eu tenho oito hectares.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Fale mais um pouco do seu sítio. Lá tem oito hectares. O que tem mais?

A SR^a APARECIDA CRISTINA SOUZA SILVA - Eu mexo com gado, tenho horta. O gado é só um pouco, só para leite. Mas eu mexo com horta. A minha horta é estufa. Ele conhece lá. É uma estufa bem montada, mas eu não consigo nada. Eu tenho tanque de peixe.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É muito boa a pergunta. A senhora tem direito e tem muito direito.

A SR^a APARECIDA CRISTINA SOUZA SILVA - Lá eu tenho dois tanques bons, duas estufas. Eu vendo a minha verdura na rua. E daqui a minha casa são quinze minutos de bicicleta e vinte minutos a pé.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tem direito. Vai ser respondido.

Próximo. Quem mais quer fazer pergunta?

Está aberta a palavra.

Amiga, por favor, qual o nome da senhora, porque tem que ser gravada na Ata da Assembléia Legislativa.

O SR. ORADOR - Eu queria dizer ao Carlos Vilela que a primeira senhora que perguntou... Eles estão no acampamento, Carlos, mas eles produzem. São produtores iguais a Furnas Buriti II. Estamos na área, mas todos têm sua lavoura.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O nome dela. Ela tem que se identificar.

Aparecida Cristina Souza Silva.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - E a outra. Qual o nome da outra que falou anteriormente?

Enil Maria de Lara.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A primeira foi a Enil Maria de Lara.

Pode se identificar, por favor.

O SR. LAZÁRIO MANOEL DA SILVA - Eu quero dizer um bom dia aos meus companheiros trabalhadores, um bom dia aos representantes do Estado de Mato Grosso e um bom dia aos representantes do nosso município, que são os vereadores.

Eu queria aproveitar a oportunidade desta Audiência Pública e passar a nossa preocupação, como representante do Acampamento Folha do Buriti II, quanto à situação que nós estamos vivendo desde 1997, quando fomos acampados. Foi uma área cedida pelo proprietário. Não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

foi uma área invadida. Infelizmente, não fomos abandonados pelo INCRA. Nem visita do setor de acampamento do INCRA nós temos nesse local. Parece-me que já está tudo resolvido e não precisa ir mais nesse pessoal.

Então, parece que aqui tem funcionário do INCRA, eu quero pedir, fazer uma cobrança, em nome do povo do acampamento, da visita do INCRA para procurar saber da nossa situação que está precisando ser revolvida. Nós estamos passando sede lá. A situação da água está em crise, porque não tem, como disseram aí, acesso e recurso nenhum. Então, essa é uma preocupação nossa: Nós somos assentados e não temos o direito a esse recurso. Até quando nós vamos ficar sem resolver esse problema para que possamos ter direito a esse recurso?

Aqui estão os Deputados; aqui está o pessoal do INCRA, eu tenho certeza que vão visitar esse acampamento, que o vereador conhece, que todos da Prefeitura conhecem a situação. A Prefeitura quer ajudar, mas, infelizmente, ainda está no nome do proprietário e fica difícil ajudar a resolver a situação.

Então, esta é a cobrança em nome do povo do acampamento, não só Furnas Buriti II, como para vários acampamentos, que têm companheiros que conhecemos e apelamos pela nossa classe, que estão na mesma do Acampamento Furnas Buriti II. Então, já tem muito tempo. A paciência que pede nós já tivemos, porque desde 1997 nós estamos aguardando que seja resolvido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu abro mais. Vamos abrir um pouco mais.

O SR. ORADOR - Referente só ao PRONAF, gente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não, pode ser quanto à reforma agrária.

Está aqui o Amauri Campos e o Dr. João Bosco que podem responder.

Está aberta a palavra para perguntas.

Algum trabalhador quer fazer alguma pergunta? Tem mais algum trabalhador?

Poder usar o microfone. Tem que ser gravado. Está sendo gravado, taquigrafado. É uma Ata da Assembléia Legislativa.

O SR. ORADOR - Bom dia a todos!

Eu quero desejar um bom dia a todas as pessoas, ao Arrepiado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O nome do senhor?

O SR. JOAQUIM GONÇALO DE OLIVEIRA - Joaquim Gonçalo de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode fazer a pergunta.

O SR. JOAQUIM GONÇALO DE OLIVEIRA - Comunidade Passagem de Cáceres, eu tenho que agradecer muito a Deus por ter um pedacinho de terra para trabalhar. No tempo que eu tinha força para trabalhar eu trabalhei e ainda vivo trabalhando mesmo sem força.

Desculpe, eu sou analfabeto, não sei falar. Eu quero pedir desculpas a todos e agradecer também por essa boa vontade dos comandantes. Eu chamo de comandante todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Qual a pergunta que o senhor vai fazer?

O SR. JOAQUIM GONÇALO DE OLIVEIRA - Eu tenho trezentos e cinquenta hectares de terra, trezentos e cinquenta e dois, e tenho doze filhos, sendo seis filhos e seis filhas. As meninas estão para Várzea Grande. O que eu quero perguntar é se eu tenho ainda direito de ter um financiamento, uma ajuda? Porque em 1980 em entrei no Banco do Brasil. Graças a Deus eu fui muito bem atendido. Teve uma falha, mas não foi minha culpa. Depois eu falei. Eu sei que o tempo é pouco, mas no Banco deve ter o meu nome. E desse tempo para cá eu não fui mais capaz de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

conseguir o financiamento. Eu já lutei para ver se eu consigo, mas não consegui. No ano retrasado, há dois, três anos, eu não sei, eu vim me apresentar, não vou tirar a razão, tem a lei, uma série de coisas, me apresentaram uma folha deste tamanho para eu apresentar não sei quantos processos. Eu nem sei falar. Eu aborreci, porque só para que tirar essa documentação gastaria não sei quantas viagens, não sei quantos dias, tendo que vir aqui. Aí eu larguei de mão.

Quiseram saber o que eu sou. O que eu sou o povo sabe. Aqui, em Poconé, eu tenho vários amigos e conhecidos. E podem procurar o meu nome em qualquer trabalho. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, senhor.

O SR. LÚCIO - Pessoal, bom dia a todos!

Bom dia, Deputado Zé Carlos do Pátio; bom dia, Deputado João Malheiros, Deputado Campos Neto, ao Prefeito que está aqui presente e ao povo que está aqui presente.

Eu quero fazer uma pergunta aos Deputados, ao Prefeito e a alguns Vereadores aqui presentes.

O Deputado sabe da luta que vimos fazendo desde aquela época que nós estávamos acampados na Fazenda Mundo Novo. E nós fomos. O Leonel esteve aqui há uns seis meses e pediu para sairmos do acampamento que em cinco dias ele fazia a avaliação. Mas até hoje não foi feita essa avaliação. Então, nós saímos da área, viemos para a beira da estrada e teve uma reintegração de posse. Inclusive, teve um dos vereadores que foi contra nós. Nós saímos da beira da estrada, fomos para o Parque de Exposição e hoje tem outra liminar contra essas famílias que estão acampadas, sendo que o Prefeito entrou com essa reintegração de posse em uma área que é da União. Como ele pôde fazer isso? Ele sendo autoridade do Município, ao invés de ajudar as famílias, está querendo massacrar as famílias (PALMAS). Eu acho que isso não é certo, Deputado. Eu acho que não é certo ele vir falar que não é Prefeito para todos, sendo que ele não está sendo Prefeito para todos. Ele está sendo Prefeitos para alguns não para os pequenos trabalhadores rurais (PALMAS). É isso que eu quero dizer para vocês aqui. Aqui nós temos apoio de somente três vereadores, que são o Celso Fonte, Arrepiado e Rodimilson. Os demais só querem massacrar nosso povo. Como podem falar que nós somos do MST se todas as famílias daqui são poconeanas. Não tem ninguém de fora no Parque de Exposição. Era isso que eu queria falar para vocês. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer que todos que estão na Mesa estão dispostos a ajudar.

O SR. VÍTOR PEREIRA DOS SANTOS - Eu sou Vítor Pereira dos Santos, da Comunidade Furnas Buriti II.

Eu vim aqui pedir ao INCRA visitar a nossa comunidade, porque está faltando bastante recurso para nós.

Primeiramente, nós temos uma luz que foi colocada pelo Luz no Campo. Foram feitas vinte e sete ligações...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Uma pergunta: Furnas Buriti I já foi assentado? Os moradores já foram assentados pelo INCRA?

O SR. VÍTOR PEREIRA DOS SANTOS - A maioria foi cortada porque tem uma taxa que nós pagamos que não estamos vencendo pagar.

Então, se tiver o programa Luz para Todos, eu achava que seria bom trocar para nós, porque essa Luz no Campo nós não estamos dando conta de pagar. Está cortado por falta de pagamento. Eu quero que o INCRA visite para nos dar um apoio, porque está faltando bastante recurso. Era só isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agora, eu vou abrir a palavra para as pessoas responderem.

Você quer fazer uma pergunta antes?

A SR^a ANTÔNIO RODRIGUES DE ARRUDA E SILVA - Bom dia a todos!

Eu sou do Assentamento que era modelo, hoje é Comunidade Portal Rural da Felicidade.

Eu queria saber se com esses mil reais eu poderia arrumar uma granja?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode.

A SR^a ANTÔNIO RODRIGUES DE ARRUDA E SILVA - Eu me chamo Antônio Rodrigues de Arruda e Silva.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A senhora já é assentada.

Agora, vamos abrir a palavra.

Primeiro, eu vou abrir a palavra ao INCRA para o Dr. João Bosco responder. Eu quero dizer que é uma das pessoas que vem fazendo um trabalho maravilhoso.

Eu queria passar a palavra, porque foi falado do Acampamento São Vicente, Furnas Buriti II e Mundo Novo... Inclusive, eu estive visitando o acampamento dos trabalhadores do Mundo Novo.

Eu passo a palavra ao Sr. João Bosco e depois passarei a palavra ao Amauri Campos.

Amauri, eu queria lhe pedir um favor. Eu acho que nós podemos ver uma alternativa do crédito fundiário para Poconé. Eu acho que nós estamos com um problema sério de assentamento. O que não der pelo INCRA, vamos ver se nós conseguimos pelo crédito fundiário. Vamos organizar os trabalhadores através do crédito fundiário.

Dr. João Bosco, eu queria que o senhor falasse um pouco do Projeto Recuperar, porque é o INCRA quem vai assumir esse Projeto e dar anuência.

Com a palavra, o Sr. João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO - Eu queria cumprimentar a Mesa, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Prefeito Municipal, demais Deputados presentes na Mesa, Srs. Vereadores, Vereador de longas datas, amigo particular, conhecido como Arrepiado, que brigou tanto pelo INCRA.

Primeiramente, bom dia a todos os trabalhadores. Eu quero justificar a ausência do nosso Superintendente, Dr. Leonel Volfort. A sua presença estava confirmada na Audiência Pública, mas foi convocado de imediato em Brasília. Neste exato momento, ele está em uma Audiência com o Ministro da Justiça, juntamente com o Governador do Estado, discutindo a questão das terras públicas no Estado disso. Em função disso é que ele não está aqui presente. Ele me ligou de última hora, no período da manhã: "Bosco, você vai ter que estar em Poconé nessa Audiência Pública". E não nos furtamos em estar aqui presente.

Eu queria pedir licença ao Deputado Zé Carlos do Pátio, à Mesa, para fazer um relato rapidamente sobre a questão do INCRA, principalmente no Município de Poconé.

Nesses dois anos, 2003, 2004, a presença do INCRA com relação à questão de infra-estrutura e assistência técnica foi marcante. Nós investimos nesses dois anos aqui, no Município de Poconé, um milhão, quatrocentos e quinze mil reais, sendo esses quinze mil em estradas, do projeto agroana/giral, que foi no ano passado trezentos e trinta mil para construção de estradas. Inclusive, essa estrada está pronta e deverá inaugurar em breve. Estão assegurados mais cem mil reais para estradas no Município de Poconé, mais oitenta e cinco mil reais para este ano para um poço no PA Agroana, e oitocentos mil reais que é do PAR, que é um recurso internacional

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

do BIRD, através do qual o INCRA está trabalhando em conjunto e que está assegurado para o Município de Poconé.

Além disso, nós temos assegurado ao PA Santa Filomena, Vereador Arrepiado, setecentos e noventa e um mil, oitocentos reais, que são fomento, alimentação e crédito habitação (PALMAS). Isso já está no Banco. Eu acho que é do conhecimento dos senhores e está apenas a conclusão do PDA que está terminando. Logo após a conclusão do PDA esse recurso estará à disposição.

Além disso, eu queria colocar aos Srs. Deputados que nesses dois anos o INCRA vem fazendo parceria com o Governo do Estado. Nesses dois anos, entre crédito habitação, o INCRA repassou para o Governo do Estado dezoito milhões e quinhentos mil. Este ano já está assegurado com o Governo do Estado mais dez milhões e trezentos mil reais. Um trabalho de parceria.

Além desses recursos, o INCRA, com o Governo Federal, criou um Programa para o qual, há muito tempo, nós que somos técnico de carreira da casa vínhamos sentindo essa necessidade. O INCRA criou um programa de assistência técnica. Eu não sei se os trabalhadores já têm conhecimento. É um programa de assistência técnica gratuito para o trabalhador. E nós fizemos uma parceria com o Governo do Estado onde estamos repassando à FUNDAPER, uma Fundação da EMPAER, aproximadamente dez milhões de reais. Aqui, no Município de Poconé nós fizemos uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com uma Cooperativa de, aproximadamente, quatrocentos mil reais, que já está inclusive executando esse trabalho de assistência técnica no Município.

Enfim, há várias coisas que têm que ser feitas realmente. É importante esta Audiência Pública. A comunidade está de parabéns, o Parlamento Municipal, a Assembléia Legislativa, em convocar todos os setores envolvidos na questão da reforma agrária. E, realmente, como colocou o companheiro Carlos Vilela, do Banco do Brasil, o INCRA, o Banco do Brasil, a Câmara, a Assembléia Legislativa, ninguém pode fazer nada sozinho se as instituições, os sindicatos, não trabalharem em parceria. E o INCRA tem voltado a trabalhar em parceria, independente de cor partidária. Esse é um sonho para nós que somos do quadro de carreira do INCRA.

Eu vou responder a pergunta.

Com relação ao acampamento São Vicente, que uma senhora colocou aqui, a dona Edil. O acampamento São Vicente, vocês marquem aí. Dia 12 vai cair na segunda-feira. Eu acabei de conversar com o nosso Chefe de Divisão Técnica, eu saí para conversar com ele, e já está montada a equipe para estar aqui fazendo a vistoria do imóvel (PALMAS). E ele me colocou: “Bosco, tem um vereador que, inclusive, já está acompanhando e ele sabe muito bem”. É o senhor. Primeiro, nós fizemos uma vistoria e a área tinha dado 1.043 hectares. Não, no documento estavam 1.043 hectares, mas no levantamento a campo, real, tinha dado 694 hectares, 690 hectares. Mas, independente, da dominialidade nós vamos trabalhar no espaço físico. Isso está garantido para semana que vem.

Com relação à Furnas Buriti II, como funcionário você fica meio triste quando vê um trabalhador colocar que desde 1997 está acampado e, realmente, não teve uma solução por parte do INCRA. Mas aí eu fui entender o seguinte - e vocês têm conhecimento disso também -: que existe um problema, uma pendência judicial. E, inclusive, o perito judicial esteve aqui, fez o levantamento e nesta semana ele já pegou o processo no INCRA. E tão logo ele conclua esse trabalho a nossa equipe estará voltando aqui para dar encaminhamento. Então, não é somente a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

vontade do INCRA. O INCRA tem feito a sua parte, mas como existe uma briga de domínio, tem que ser respeitado. E nós estamos trabalhando para que essa questão seja encaminhada.

Tem outra pergunta que vocês colocaram? (PAUSA).

O SR. PARTICIPANTE - João Bosco, tem um produtor aqui na região que pediu para cobrarmos de vocês. Nós temos aqui a faixa de fronteira no nosso município. Há muito produtor aqui que está ilegal e está com a preocupação de querer regularizar essa terra, porque nós sabemos que são da União as faixas de fronteira. Eles disseram para pedirmos para você ver o que pode ser passado para o município, o que pode ser resolvido quanto essa questão das áreas que são faixas de fronteira do Baixo Pantanal.

E também teve o produtor Eduardo, que é um parceiro do assentamento Furnas do Buriti I, aqui tem uns companheiros do Agroana. Lá, Deputado, as pessoas estão passando fome. Infelizmente, nos assentamentos as pessoas estão passando necessidade. Por quê? Sabemos que a responsabilidade de levar energia para os assentamentos é totalmente do INCRA... (VIRADA DE FITA) ...infelizmente, hoje, os produtores estão deixando de comer para ver se pagam essas contas de energia elétrica, mas, assim mesmo, não estão conseguindo, porque o que foi combinado, na época, não está sendo cumprido, aquelas taxas estão tendo aumento todo ano, um aumento que os produtores não estão suportando mais pagar.

A reivindicação dos produtores nesse sentido é de que vocês, Parlamentares do Estado, Deputada Verinha Araújo, ou façam um Projeto de Lei ou uma emenda que possa dar luz para todos e que a ELETRONORTE possa arcar com essa responsabilidade ou entre a parceria com o INCRA, mas que os produtores de Furnas, Agroana, Carijo, comunidade de Mundo Novo e várias comunidades daqui estão na verdadeira miséria.

Vamos falar o português claro, não adianta esconder, se o senhor for num assentamento aqui mais próximo, tem oitenta ligações; hoje, não tem mais cinco ligados, porque as pessoas não estão tendo condições, não estão tendo benefício, ali dentro, de arcar com as conseqüências.

O que eu quero pedir para o senhor? Que o INCRA coloque no orçamento do ano essa questão da energia de todos os assentamentos dessas comunidades tradicionais que foram transformadas em assentamentos. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Passe o microfone para ela, daí o Dr. João Bosco responde todas já.

A SR^a MARLI BISPO SOARES DE LOYOLA – Bom-dia para todos!

Doutor, nós precisamos falar muito com o senhor, porque o senhor é muito difícil, muito escondidinho. Nós precisamos de estrada, de muita coisa.

Lá precisamos de um poço artesiano, a estrada não presta, precisa de manilha, precisa de cano...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Furnas do Buriti II?

A SR^a MARLI BISPO SOARES DE LOYOLA – Sou de Furnas do Buriti II.

É sacolão, um monte de coisas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu estive lá, minha senhora, há poucos dias, no Furnas do Buriti II.

A SR^a MARLI BISPO SOARES DE LOYOLA – Eu não estava lá, mas o senhor viu as condições que estava lá. Eu queria que o senhor visse a água que nós bebemos. Tem que fazer um tanque, tem que arrumar a estrada, tem que fazer um monte de coisas que nós precisamos. O que o senhor acha disso? Tira um cano lá de cima de uma serra daquelas não tem condições. Nós precisamos de muita coisa. Lá nós estamos na carência, na pobreza. Obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – A senhora pode fazer a pergunta, mas se identifique.

A SR^a MARIA ISALDINA DOS SANTOS DE AMORIM – Bom- dia para vocês, meus senhores e minhas senhoras!

Meu nome é Maria Isaldina dos Santos de Amorim. Eu sou viúva e moro sozinha, com Deus e um menino que eu criei.

Eu vim aqui pedir um recurso para o senhor que pode mandar fazer para mim. Eu quero luz na minha casa. Eu moro cinqüenta anos lá nesse lugar que nunca teve merecimento de luz. Moro no escuro. Só compro vela e querosene para gastar. Então, eu nunca obtive luz. Eu quero luz, quero um poço, porque meus poços, dois poços, já secaram.

Eu quero um poço, quero luz e quero máquina para limpar a minha roça para trabalhar, porque eu não agüento mais carpir como eu carpia num outro tempo. Isso que eu quero pedir.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Agora, passo a palavra ao Dr. João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO – Onde a senhora está ainda não é uma área do INCRA. Continua aquela pendência que nós acabamos de colocar agora há pouco. Existe uma questão judicial que, mesmo estando na esfera judicial, o INCRA também, através da nossa Procuradoria, está trabalhando para que isso seja resolvido.

Agora, enquanto a área não é do INCRA, da União, o INCRA não pode investir nada, nem o Estado, nem a Prefeitura, porque a área é de particular ainda. Então, não tem como colocar infra-estrutura lá.

No caso do INCRA, não podemos colocar nada ainda, que é o caso também da senhora. A senhora está lá também no Furnas do Buriti.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO – Dona Marli, a senhora entendeu?

Com relação à questão da faixa de fronteira, Vereador, existe uma Comissão – não sei se o senhor tem conhecimento – coordenada pelo Engenheiro Fernando Bonin, lá de Cáceres, e que, juntamente com dois técnicos de Brasília, estão estudando, além da questão técnica, principalmente a questão jurídica e devem, dentro desses 90 dias, ter uma conclusão definitiva.

Isso aí já tem uns cinco ou seis anos que está essa lengalenga e não tem uma solução. Nós queremos acreditar que agora, realmente, com esses técnicos de Brasília que estão trabalhando, juntamente com o Fernando Bonin, vai ter essa solução, tanto por parte dos proprietários, como essa questão se vai ser anulado o título, se aquela discussão anula ou não anula, tem uma faixa que pode anular e outra anulável. Essa Comissão deve concluir esse trabalho dentro de 90 dias, se Deus quiser, se eles continuarem trabalhando.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO – O Engenheiro Fernando Bonin, mas pode nos cobrar também.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BOSCO – A questão da energia - se eu estiver equivocado, vocês me desculpem que vou procurar entender –, pelo que eu sei, essa questão da energia não está com o INCRA. Ela não está com o INCRA.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Não é com o INCRA. Até quero deixar registrado. Nós vamos falar isso depois. Existe um encaminhamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu quero agora passar a palavra para uma pessoa que é da cidade, que é daqui, e eu quero uma hora fazer uma reunião política na cidade, com o Prefeito, com os Vereadores e a classe política, porque estamos com um problema seriíssimo de buscar mecanismo para fazer assentamento aqui na região. E nós temos dinheiro voltando para Brasília porque não estamos utilizando tanto quanto é o recurso crédito fundiário.

Vamos ser sinceros. No ano passado, eu estava numa Audiência Pública, a mil e quatrocentos quilômetros daqui, nesse final de semana, em Confresa... No ano passado, nós devolvemos duzentos milhões da agricultura familiar, e eu fiquei muito triste de devolver duzentos milhões. Nós temos que deixar esse dinheiro aqui e aplicá-lo aqui.

E tem mais, eu quero aqui deixar bem claro para vocês: isso é briga de cachorro grande, porque nós conseguimos que os 51% do FCO ficassem para a agricultura familiar. O FCO, que é o dinheiro mais barato de Mato Grosso, só ia para o agronegócio, só para o rico. Agora não, vai ficar para o pequeno também.

E quero aqui dizer que nós temos pressão até hoje, por quê? Porque não estamos gastando o dinheiro todo. Porque tem certos Senadores e Deputados Federais que cuida do rico, que estão brigando porque estamos dividindo a metade do FCO para o pobre, só que não estamos conseguindo gastar. E o Banco do Brasil está se esforçando. Você viu como o Dr. Carlos Vilela colocou aqui, de três mil, foi para quatorze mil trabalhadores, e nós temos que ampliar mais ainda.

Mas agora eu quero que fale sobre o Crédito Fundiário, o antigo Banco da Terra.

Eu estou triste, porque, na verdade, nós temos que pegar esse dinheiro do Crédito Fundiário, que está voltando para Brasília, e aplicar aqui em Poconé.

Se tiver que brigar com o Mato Grosso todo, eu vou brigar para defender que esse dinheiro fique aqui em Poconé, uma boa parte, porque nós estamos com um problema sério de assentamento aqui, e nós temos que usar o Crédito Fundiário também.

Então, eu vou falar com o Dr. Amauri, porque nós vamos fazer toda uma ação política, Prefeito, o Presidente da Câmara, o Celso, o Vereador Emir, o Arrepiado, o Deputado João Malheiros, o Rodomilson, todos nós vamos nos unir para ver se utilizamos esse Crédito Fundiário.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Amauri... Até porque vou cobrar do Governador se ele não está dando infra-estrutura para esse setor para fazermos crédito fundiário aqui em Poconé.

Com a palavra, o Dr. Amauri Campos.

O SR. AMAURI CAMPOS – Bom-dia a todos os nossos companheiros, trabalhadores rurais do nosso município.

Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, os Deputados que aqui estão, João Malheiros e Zé Carlos do Pátio, o Prefeito, Vereadores que aqui estão, o Presidente da Câmara, Vereador Celso, e demais representantes de instituições do Estado de Mato Grosso que compõem esta Mesa.

É um prazer imenso estar aqui participando desta Audiência Pública. Parabéns ao Deputado Zé Carlos do Pátio por provocar isto. Parabéns a todos os trabalhadores rurais que têm esta oportunidade, neste momento, de manifestar os seus anseios, os seus desejos de continuar no campo. E esta é uma luta, é uma reivindicação de todos os trabalhadores rurais.

E para nós, que entendemos, sabemos e conhecemos esta ansiedade por parte dos trabalhadores rurais de Poconé, que temos assistido de perto por parte de todos, já participamos aqui de outras reuniões, aqui nesta mesma Casa de Leis, e realmente nós temos assistido esta boa vontade dos trabalhadores rurais de manifestar esse anseio de trabalhar e de poder, assim, estar junto com a sua família criando seus filhos, lá na sua comunidade, que é o que mais eles entendem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E ao Banco do Brasil - aqui está o Carlos Vilela, que é o nosso companheiro e que tem estado conosco lá na agricultura familiar, tem acompanhado de perto a nossa luta na agricultura familiar...

Eu gostaria de dizer e parabenizar o Deputado João Malheiros por nos ajudar sempre e por nos indicar também para fazer parte da agricultura familiar. Graças a ele, pelas suas ações, também junto conosco, tem entendido essas nossas ações, essas nossas reivindicações, e é claro que nós estamos lá à disposição do povo poconeano.

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria de dizer, aqui, a todos os senhores, que nós temos tido estas preocupações com relação aos assentamentos em nosso município. Nós temos acompanhado o sofrimento do povo que está em baixo de lona, na beira da estrada, há tanto tempo. Isso não é de hoje, isso já vem de oito a dez anos, como no domingo nós pudemos ouvir de um líder desses grupos, que já faz de oito há dez anos que estão tentando reivindicar uma área para a sua subsistência... Isto, é claro, tem acontecido em nosso município.

E nós, a partir do momento que entramos no Governo do Estado, neste Governo Blairo Maggi, realmente, estamos lá na agricultura familiar, e temos feito esse trabalho em parceria com o Governo Federal e temos feito de tudo para atender o nosso trabalhador rural.

E esta parceria é de suma importância acontecer, entre o Poder Executivo Municipal, Legislativo Municipal, Legislativo Estadual e até o Executivo Estadual, também, para que realmente aconteça isso.

Eu gostaria de dizer a todos os senhores que com relação ao Crédito Fundiário - nós entramos no Governo em janeiro de 2003 - foi uma fase que tanto o Governo Federal, como o Governo Estadual, na sua implantação de Governo, nas normatizações do extinto Banco da Terra, que hoje não existe mais, que hoje é o Crédito Fundiário, passamos dois anos, 2003, 2004, sem o Crédito Fundiário poder agir no Estado de Mato Grosso. Isso, talvez, pelo zelo do Governo Federal e zelo do Governo Estadual de fazer com que as coisas erradas que praticaram no Governo passado não acontecesse neste Governo, tanto faz Governo Federal como Estadual. Foi um exagero e demoramos, Deputados, para fazer com que o Crédito Fundiário funcionasse no Estado de Mato Grosso.

E foi a partir de janeiro deste ano que começamos, então, com novas normatizações do Governo Federal para poder executar o Programa do Crédito Fundiário no Estado.

Então, nós não estamos atrasados, estamos em tempo, culpa das questões de normatizações que houve durante esses dois anos.

Então, eu quero dizer aos senhores que a partir de janeiro, Deputado, nós começamos a trabalhar no Estado de Mato Grosso, capacitando todos os Conselhos Municipais, onde tinha as demandas nos municípios, porque nós trabalhamos em parceria com o Conselho Municipal, que representa todas as instituições e entidades do município, e nós precisamos, porque quem conhece os problemas dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais, é justamente o município. Por isso, nós trabalhamos com o município. E o Conselho Municipal representa muito bem todos os anseios da nossa população mato-grossense, principalmente dos municípios.

Então, em janeiro, nós começamos a fazer esse trabalho. E para resumir, hoje, nós estamos em vários municípios no Estado. Já temos mais de 40 municípios com demanda registrada. Temos quase duas mil famílias no SQD, sistema de qualificação do Crédito Fundiário para poder ter acesso a terra.

Estamos trabalhando em parceria com todos os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado de Mato Grosso. Eles é que estão à frente dessa mobilização.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E aqui, em Poconé, nós, Deputados, já estivemos conversando com mais de 600 trabalhadores rurais já com a sua terra locada e, ali, expusemos como funciona o programa, porque ele é totalmente diferente do INCRA e do INTERMAT.

Na verdade, Vossa Excelência tem conhecimento que é um financiamento, é uma linha de crédito para o pequeno produtor, com juro baixíssimo, com prazo longo, com carência.

Então, há necessidade, sim, de aceitação por parte do trabalhador rural, se ele aceita ou não entrar no Programa de Crédito Fundiário.

Então, nós, aqui em Poconé, eu quero dizer a Vossa Excelência que pelo fato de sermos daqui, já reunimos com todos esses trabalhadores rurais, com representação das comunidades tradicionais do nosso município e estamos fazendo esse trabalho em parceria com a Prefeitura Municipal, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a Secretaria de Agricultura, que tem nos dado este apoio aqui dentro do município, com a EMPAER. Este está sendo o nosso trabalho.

E gostaria de dizer, Deputado, que nós já temos um projeto, aqui em Poconé, que é pioneiro neste Governo. E, neste ano, 95 famílias aprovadas pelo Conselho Estadual - Carlos Vilela que faz parte do Conselho Estadual – já em fase de pagamento. Nós estamos já enviando para o Banco do Brasil para pagar essa fazenda para assentar as 95 famílias que fazem parte aqui do Distrito de Cangas, 80% dos trabalhadores rurais são daquele distrito.

E temos mais: aproximadamente 220 já em fase de elaboração de projeto dentro do crédito, do Município de Poconé, que já está no SQD, que é o sistema de qualificação de demanda do município. Mais de 200 trabalhadores rurais já inseridos aqui em Poconé.

Então, esse grupo, desses 600 que já conversamos e temos mais ainda que não foi lançado no SQD. Eles estão preparando grupos, estão procurando fazendas para poder comprar. Temos mais de 200 trabalhadores rurais já no sistema, já em fase de elaboração de proposta de financiamento para ir para o Conselho Estadual.

Poconé, eu quero dizer a Vossa Excelência, está sendo o pioneiro nesta questão do Crédito Fundiário... E vou mais longe, a nossa preocupação...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Para eu não precisar, Dr. Amauri, fazer um requerimento, e você é uma pessoa com quem sempre tive um crédito, uma confiança muito grande, só queria lhe fazer uma pergunta, aqui, de Poconé: você falou que já tem uma fazenda em processo de compra na região de Cangas, é isso?

O SR. AMAURI CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Quantos hectares? Que fazenda é essa? E qual o prazo que você acha que vai ter para a compra dessa área para fazer assentamento?

O SR. AMAURI CAMPOS – São 1.356 hectares, com 95 famílias, com 14,27 hectares para cada família, e o prazo vai depender do Banco do Brasil. Eu acredito que quinta-feira ou sexta-feira nós estaremos enviando para o Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – E qual é a associação que entrou com esse pedido?

O SR. AMAURI CAMPOS – A associação que lá estava registrada é a Associação Santo Onofre. Só que é o seguinte... Não vamos entrar aqui, explicar como que funciona as normas, porque, senão, nós vamos demorar muito.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – É por associação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. AMAURI CAMPOS – Lá não é associação, porque o projeto, o programa, de acordo com a escolha dos trabalhadores rurais, a maioria decide, pode ser individual ou pode ser associação. Eles, lá, optaram pelo individual.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Foi o próprio pessoal de Cangas que entrou com o pleito?

O SR. AMAURI CAMPOS – Sim, o próprio pessoal de Cangas. A maioria de Cangas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Outra pergunta: você falou que tem mais 600 pessoas pleiteando, já foi dado entrada no pedido?

O SR. AMAURI CAMPOS – Nós tivemos, hoje, em nível de Poconé, já expusemos o programa para mais de 600 pessoas em reuniões como esta.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Mas vocês estão com perspectiva de fazer outros financiamentos?

O SR. AMAURI CAMPOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Já tem áreas para ser locadas?

O SR. AMAURI CAMPOS – Sim, eles procuram a área. A partir do momento que esse grupo escolhe a área e os beneficiários, realmente, preencherem os requisitos, eles elaboram a proposta de financiamento do projeto, e esse projeto passa pelo Conselho Municipal, e o Conselho Municipal envia ao Conselho Estadual. Após o veredicto do Conselho Estadual, é enviado para o Banco do Brasil. E lá passa pela UTE – Unidade Técnica Estadual, onde estou trabalhando. Aí passa por uma avaliação do projeto, porque eles têm que mostrar a viabilidade econômica do projeto para poder entrar no projeto. E aí há aquelas correções e tal. Na verdade, nós temos aí em torno de duzentos, duzentos e vinte que já estão em fase de elaboração de proposta. Estão pegando documentação dos trabalhadores rurais...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Fora esse que vocês já votando. Fora esse?

O SR. AMAURI CAMPOS – Fora esse que já está aqui. Fora esse aí.

Inclusive, tem a participação da cooperativa, da PROCEDE que tem nos ajudado também nesse sentido. Eles estão fazendo dois projetos lá que estão na fase de elaboração também. Então, estou incluindo a parte deles.

Eu gostaria de dizer aos senhores que nós, como o Crédito Fundiário, estamos zelando por essa situação. Nós estamos fazendo tudo que é possível para errar menos, porque a forma como foi conduzida, no passado, houve muitos erros e nós não queremos que caia nos mesmos erros, a verdade é essa.

Mas eu gostaria de dizer, com relação às comunidades tradicionais, aos assentamentos, que eu estive conversando com um dos presidentes de um desses grupos de trabalhadores rurais, de assentados, que é o Lúcio, não há impedimento nenhum, ele manifestou, nesse final de semana, para mim. Não foi isso, Lúcio? Houve uma manifestação por parte dele de levar uma solução. Por que não? Vamos conversar com os trabalhadores rurais, porque a nossa meta não é atender apenas o presidente da associação, o presidente de um grupo, mas é o grupo. Para nós é interessante conhecer de perto, apertar a mão dos trabalhadores rurais, para eles poderem decidir. Então, essa é a forma que nós trabalhamos.

Então, já estivemos lá reunidos com as 18 famílias, que há oito, dez anos são daquele local. Nós conhecemos a história desse grupo que está lá. Nós estivemos lá no local, conversamos com eles, expusemos o programa, e parece que decidiram umas cinco ou seis pessoas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

que eu acho que estão até nesse grupo de Cangas. Demos uma solução. E nós estamos à disposição dos senhores.

Agora, eu gostaria de deixar claro – tenho certeza que o Deputado tem o conhecimento disso - que as normas são diferentes do INCRA e do INTERMAT. Nós temos que colocar as normas para os trabalhadores rurais para que eles tenham conhecimento e para que eles decidam. Eu não posso decidir por vocês, nem o Deputado Zé Carlos do Pátio não pode e nem o Deputado João Malheiros pode decidir por vocês. Quem decide são vocês e nós acatamos as decisões.

Então, a nossa forma de trabalhar, Deputado, é bem transparente para não gerar problemas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Nós agradecemos.

O SR. AMAURI CAMPOS – Só para encerrar, eu gostaria de agradecer por esta oportunidade de falar aos trabalhadores rurais com relação ao Crédito Fundiário. E nós temos o anseio e o desejo de contribuir o máximo possível com os trabalhadores rurais de Poconé.

Correndo o trecho, vamos fazer assentamento. É demorado, Deputado, há muita burocracia, mas eu acho que tudo vale para acertar.

De acordo com as normas, demorou um pouco, e nós precisamos dessa parceria, nós precisamos do apoio dos Deputados, nós precisamos do apoio dos Vereadores, precisamos do apoio do Prefeito que tem nos dado esse respaldo.

Só para citar, o Prefeito, numa reunião - veio aqui o Conselho Estadual – foi feita uma reivindicação de ajuda para esses assentados. Ele atendeu e vai atender todo mundo, eu tenho certeza.

Então, nós estamos à disposição, estamos lá na agricultura familiar, faço parte dessa equipe da agricultura familiar, onde temos um brilhante trabalhador rural, que é o Gilson Francisco da Silva, o nosso chefe lá, o Secretário Adjunto, e nós vamos lá com o apoio de todos os senhores trabalhadores, de uma forma bem transparente, e eu estou à disposição. Precisou, se você tem interesse em adquirir uma terra, se você está lá sentado, até falei para o Vereador Arrepiado, se você, individualmente, de repente encontrou uma chácara, encontrou uma área pequena, faça o seu projeto individual, vai lá, vamos fazer o projeto e adquirir essa área. Por que não? Desde que preencha todos os requisitos técnicos das normativas operacionais do Crédito Fundiário, vamos fazer o projeto. É isso que nós precisamos.

Deputado Zé Carlos do Pátio, nós estamos precisando é de projeto. Recurso tem, essa é a notícia que nós temos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – É.

Eu só quero colocar uma observação ao Dr. Amauri. Eu sinto que a sociedade não tem muita informação sobre o Crédito Fundiário. Não tem. A sociedade é desinformada. Mesmo você fazendo esse trabalho... E eu concordo com você que essa questão ficou meio enrolada em 2003, 2004, foi retomar mesmo agora em 2005, mas eu quero aqui dizer que a sociedade não tem informação. Qual é informação? Vocês sabiam que se vocês criarem um grupo de trabalhadores e achar uma área para comprar, vocês podem ser assentados? Vocês sabiam disso? Para comprar... Hoje, quem coordena esse trabalho em Mato Grosso é o Dr. Amauri Campos, que é daqui de Poconé.

Então, eu quero colocar que está faltando informação. Eu sinto que muitas vezes os projetos demoram demais e só o INCRA não vai conseguir resolver tudo.

Então, há uma necessidade também de envolver o Crédito Fundiário, viabilizar o Crédito Fundiário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu quero aqui pedir para a classe política, eu quero pedir para o Conselho Municipal... Quem preside o Conselho Municipal hoje, Prefeito?

O SR. CLÓVIS DAMIÃO MARTINS - O Daniel.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quem é o Daniel. Está aqui?

Daniel, eu queria pedir para você abrir o Conselho Municipal mais, fazer com que os trabalhadores tenham essas informações, achem área. Muitas vezes, tem fazendeiro que quer vender uma área, que tem custo dentro da lei, dentro das normas técnicas, tem viabilidade para entrar no Programa do Crédito Fundiário, que vocês viabilizem, porque, na verdade, eu particularmente acho, Dr. Amauri, que está muito tímido aqui em Poconé, principalmente porque hoje está sendo coordenado pela sua pessoa, que é aqui de Poconé. Eu estou achando que está muito tímido esse projeto do Crédito Fundiário. Nós poderíamos ter intensificado mais esse projeto aqui em Poconé.

Eu acho que vocês não sabem a dimensão disso daí para o trabalhador buscar o mecanismo de se assentar. Muitas vezes, o trabalhador está ali acampado num lugar, está com dificuldade, fez vistoria...

Eu ouvi falar que a São Vicente, por exemplo, que foi citada aqui, fez vistoria três vezes - essa foi a palavra da senhora - e não foi viável para a reforma agrária. Se fez vistoria três vezes e não é viável, não adianta forçar.

Então, tem que buscar...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Não foi concluída a vistoria. Mas vamos supor: se a área não é viável para a reforma agrária, onde vocês estão acampados, que entre no Crédito Fundiário. Vocês estão entendendo?

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – É uma alternativa. Vocês estão entendendo?

Olha, eu estou acampado num lugar... (VIRADA DE FITA) ...então, quero dizer para os trabalhadores que nós precisamos estar usufruindo mais dessas alternativas e o trabalhador tem que estar mais informado, aliás, quero dizer, Prefeito Celso, Presidente da Câmara e autoridades aqui, que vamos ter que fazer um jornal para a sociedade ter uma informação maior sobre seus direitos para Poconé, um jornal exclusivo, para entregar para o trabalhador, para ele saber seus direitos. Por exemplo, vocês não sabiam que podem achar uma área onde o Banco do Brasil pode comprá-la, através do Estado, dinheiro federal, para assentar trabalhadores.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Carlos Vilela, para que ele responder as perguntas que ficaram pendentes.

O SR. CARLOS VILELA - Pessoal, com relação a crédito fundiário, só para uma palavrinha, chega no final do processo o Banco do Brasil é quem repassa esses recursos. Infelizmente, isso não acontece só no crédito fundiário, as coisas ruins que aconteceram no passado, criam-se normas criam-se burocracias, como disse o Amauri, e o negócio fica muito emperrado. Isso acontece também no PRONAF, em outras linhas de crédito, em outros programas do Governo Federal. Aquelas pessoas, às vezes não são os trabalhadores, às vezes são os que conduzem o processo. Então, tem muita irregularidade e isso burocratiza e dificulta o acesso ao crédito. Então, é complicada essa questão. Às vezes não depende nem do Amauri. A burocracia de como se faz isso é que fica complicado.

Com relação às perguntas, a da Dona Enil, com relação aos acampados receber PRONAF, tenho a dizer que o acampado, infelizmente, não pode pegar PRONAF. Ele vai poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

pegar quando? A partir do momento em que o INCRA cria um assentamento, supre as pessoas, dá o fomento, dá a habitação. Só depois está habilitado a pegar o PRONAF A. Antes disso não pode pegar outro PRONAF, não pode pegar, porque senão o desabilita a pegar um PRONAF A, que tem 45% de rebate no capital.

Infelizmente, nos últimos anos, nas duas últimas safras nós saímos de 115 milhões de aplicação de PRONAF A, em 2003, para, no último ano, na última safra, 2004/2005, aplicar apenas 36 milhões em função de não ter famílias habilitadas para receber esse crédito.

Para este ano esperamos que retome essas aplicações que nós tínhamos no passado, mas o acampado, até estar regular não pode.

Nós podemos atender um posseiro. Mas qual tipo de posseiro? Um posseiro de uma área devoluta. Área de voluta é o quê? É área da União ou área do Estado, ou uma área de terceiro que a posse seja mansa e pacífica, posse há mais de dois anos. O produtor firma uma declaração com duas testemunhas, pegamos uma declaração da prefeitura também de que ele realmente tem a posse mansa e pacífica há mais de dois anos, que não tenha litígio e nós podemos atender esse posseiro, com o custeio e investimento semifixo. Nós não podemos atender com tudo, a não ser que ele tenha uma carta de anuência do INCRA ou do INTERMAT, aí nós podemos atender com investimentos fixos também. O que é investimento fixo? Um curral, uma cerca – isso é investimento fixo. Se ele não tiver essa carta de anuência, se tiver só a declaração do Imposto de Renda, o custeio e investimento semifixo, que é a questão de animais, máquinas e essas coisas, nós podemos estar atendendo, sim, com certeza. Essa é uma luta que nasceu do Estado, que Brasília nos autorizou a fazer dessa forma.

Com relação à Dona Aparecida, em relação ao seu sítio, onde ela trabalha com horticultura, o que acontece? Normalmente essas pessoas que têm hortas estão nas áreas suburbanas, ou seja, estão em áreas da cidade, suburbanas, e às vezes eles não têm o ITR, têm o IPTU. Aí, às vezes, o técnico que vai emitir a declaração diz: “Não. IPTU não pode ser”. Se aquele imóvel efetivamente estiver sendo usado para a atividade rural, se a finalidade dele for rural e se não tiver algum problema com o código de postura do município, que proíbe o cultivo ali, desenvolver aquela atividade, por exemplo, uma criação de porcos, de repente, não pode, mas uma horticultura, de repente, pode, ele pode ter a declaração de aptidão. Tendo a declaração de aptidão, ele tem direito ao PRONAF, sim, com certeza. Agora, às vezes tem muita coisa... De repente aquela família que criou a horta, às vezes, tem uma outra atividade fora, ou é assalariado ou é funcionário público, às vezes tem que ver o percentual da renda da atividade agrícola...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Dr. Carlos, só uma pergunta: quem é acampado, mas mora na zona urbana, é cliente da reforma agrária, mas mora na zona urbana, se o prefeito autorizar no estatuto, no código de postura, ele pode fazer uma atividade dentro da cidade?

O SR. CARLOS VILELA - Pode fazer. No caso das hortas, pode fazer, pode ser financiado pelo PRONAF.

Agora, nós só temos pedido e orientado o pessoal da assistência técnica, que ele pode emitir essa declaração de aptidão. Às vezes o pessoal da assistência técnica, no caso a EMPAER, ou mesmo o Sindicato fala: “Não. Não. Tem IPTU”. Mas, nesse caso, se a atividade for rural, pode ser emitida a declaração de aptidão e ser beneficiária.

Tem que observar isso. De repente tem uma outra atividade fora, que não seja de agricultura, aí inviabiliza enquadrar no PRONAF.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Por exemplo, no grupo C, 60% da renda tem que ser oriunda da atividade agrícola, agropecuária e só 40% ser fora. Aí tem que ver se enquadra nesses critérios. Mas podemos atender, sim, com certeza.

Outro detalhe, tenho aqui mais duas perguntinhas. A Dona Geni pergunta qual o juro do PRONAF Mulher. No Grupo A/C e Grupo B o juro é de 1% ao ano, além disso é mil reais e tem direito a 25% de rebate – pegou R\$1.000,00 e paga R\$750,00. No Grupo C e D são 3% de juros ao ano e no Grupo E 6%, tem o rebate de 15% nos juros e cai para 5,10% para pagamento em dia. Esses são os juros do PRONAF Mulher.

A Dona Aparecida perguntou se para adquirir PRONAF Mulher terá que ter feito outros PRONAFs.

Exceto no Grupo A, a mulher do assentado ou a companheira do assentado, que tem que ter pego o crédito do PRONAF A e ter pego um A/C e pago, os chacareiros tradicionais e outros produtores não precisa ter pego outro PRONAF. De repente o marido não quer pegar, não quer fazer um financiamento, mas só a mulher quer fazer o financiamento. Tudo bem. Não tem problema nenhum. Pode ser feito em nome da mulher, um financiamento do PRONAF Mulher só para ela. Não precisa ter outros PRONAFs.

(PARTICIPANTE FALA DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS VILELA – O agricultor tradicional que chamamos é aquele que é um pequeno produtor, que comprou sua terra, ou recebeu de herança, que não tenha nada a ver com reforma agrária, porque produtor é a maioria de vocês segundo o Deputado mesmo falou aqui. Então, não tem problema nenhum.

Para finalizar aqui, não foi pergunta, mas na questão de recursos: temos recursos ou não temos? Para o PRONAF A e o PRONAF A Recupera temos R\$75 milhões para aplicar até o final do ano, temos R\$75 milhões, inclusive para o beneficiário do crédito fundiário que depois tem direito ao PRONAF A. Para os demais grupos o A/C o C, D e E/Custeio e investimento, o PRONAF Mulher dos Grupos C, D e E, temos R\$67 milhões para aplicar até o final do ano.

Nos queremos, estamos fazendo todo esforço para aplicar todos esses recursos. Se nós aplicarmos, eu imagino, principalmente, nós temos uma demanda muito grande de PRONAF A/C que nós... Viu, João Bosco, queria o esforço do INCRA para estar emitindo essas declarações de aptidão, que o A/C é o INCRA que vai emitir essa declaração de aptidão, com certeza, nós vamos aplicar todos esses recursos até o final do ano.

Nós fizemos, dentro do encontro que fizemos em junho, lá em Cuiabá, da agricultura familiar, o desafio de aplicar o crédito de custeio agrícola para o PRONAF até 30/11. Nós vamos fazer todo esforço para ver se conseguimos aplicar esses recursos até lá.

É a época que vocês mais precisam para desenvolver e implantar sua atividade corretamente e, com certeza, ter maior produtividade, melhor renda, conseguir pagar o financiamento e melhorar as condições de vida de vocês.

Eu não sei se tem mais alguma pergunta, mas, em nome da...
(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS VILELA – Documentação?
(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS VILELA – Qual é o documento que precisa?

Primeira coisa, a declaração de aptidão, documento do imóvel – tem que ter o documento do imóvel – se não tem o documento, normalmente não vai ser posseiro, aí tem que ter uma declaração de posse, documentos pessoais, um projetinho técnico, só não precisa projeto técnico os Grupos C e D/Custeio e E/Custeio, mas nas demais linhas, todas, tem que ter um projeto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

técnico, principalmente não ter restrição cadastral, isso é básico. No PRONAF A, A/C, B não precisam de garantia, não precisam nada. Só basta ter o nome limpo. Agora, nas outras linhas, que normalmente o banco vai exigir uma garantia, um aval, normalmente nos vamos trabalhar com aval, precisa da documentação desse avalista e de sua esposa ou companheira e, se tiver imóvel, levar também essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Agradecemos.

Passo a palavra agora ao Presidente da Câmara Municipal, Celso Fontes, que quer fazer algumas perguntas e considerações a respeito da audiência pública.

O SR. CELSO FONTES – Primeiramente, quero agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos aqui neste manhã discutindo crédito fundiário do nosso município.

Também quero cumprimentar o nosso Deputado Zé Carlos do Pátio, por ter nos atendido, cumprimentar o Deputado Clóves Martins, ao Deputado João Malheiros, que se fez presente aqui também, o Amauri Campos, o nosso amigo e companheiro de batalha que sempre tem nos acompanhado juntos nessa luta, nessa guerra, o companheiro Arrepiado, Rodemilson, o Caçamba também, vereador que se encontra presente, Dr. Vilela, Gerente do Banco do Brasil de Agronegócio.

Eu quero fazer um pedido aqui, Deputado, que nós sempre temos recebido, um anseio da comunidade rural e quero também aqui de público agradecer Vossa Excelência, no sentido de nos ter apoiado em todas as nossas ações quando fomos procurar Vossa Excelência para que pudesse vir trazer benefícios para esta comunidade.

Aquele momento, quando fomos juntos com vários vereadores aqui, vários representantes rurais, aquela reunião nas qual o Deputado Zé Carlos do Pátio marcou para que pudéssemos trazer aquele benefício do Luz para Todos em nosso municípios, em que foram contempladas 180 famílias aqui do nosso município.

Então eu quero aqui, Deputado, agradecer por tudo isso que o senhor tem feito, por ter atendido essa necessidade. E nós sabemos e eu quero que Vossa Excelência marque ainda uma nova reunião na Rede/CEMAT com a ELETRONORTE igual aquela que Vossa Excelência marcou, para que possamos, sim, buscar o resto dos benefícios que faltam trazer para esta comunidade.

Aqui nós temos mais de 70 comunidades e 80% dessas comunidades rurais que temos aqui têm dificuldade, têm problemas com iluminação rural (PALMAS).

Nós queremos e nos preocupamos, Deputado, por isso nós queremos aqui que Vossa Excelência agende, com a máxima urgência, para que essa comunidade possa ser contemplada com esse Programa Luz para Todos, porque o Luz para Todos é aquele luz que vem com recursos do Governo Federal, vem até sua Casa, vem sem nenhum custo, sem nenhum benefício é custo/benefício para o produtor rural do nosso município.

E nós temos aqui também, Deputado, o pessoal do assentamento João Ponce, onde temos um problema com energia. Lá foi liberado dinheiro para o PRONAF, tentaram arrumar energia, a empreiteira pegou os recursos e não fez. E agora eles estão lá com dificuldades, gastaram aquele dinheiro e não conseguem implantar o Luz para Todos. Então, nós queremos, sim, colocar, dar condição de vida, dar uma vida melhor para esses trabalhadores rurais, onde ele possa dar uma vida mais digna e de melhor qualidade para seus familiares com o Luz para Todos na sua casa.

Essa é a pergunta que deixo a Vossa Excelência aqui (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar que o Programa Luz Para Todos é um programa do Governo Lula, que é muito melhor do que o Programa do Governo Fernando Henrique, que era o Luz no Campo. E aqui não vamos entrar nem na questão política.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O Luz no Campo tinha que pagar, o trabalhador tinha que pagar. Agora, não. No Governo Lula não paga. Você vai colocar luz na porta da sua casa sem pagar... (PALMAS)

Eu quero dizer que me parece – e quero até trazer o Superintendente da ELETRONORTE, mas vou passar a palavra para o Sr. Vlamir para falar sobre esse assunto – que nós vamos começar em breve no assentamento Santa Rita o Luz Para Todos... (PALMAS) ...Eu vou deixar para o Vlamir falar.

E já foi feito em alguns lugares aqui, como Matadouro, Modelo e Boi de Carro. Foram feitos esses três, feito para esses três. Agora é um caminho sem volta.

Quem está coordenando hoje a ELETRONORTE no país, a ELETROBRÁS e o Ministério das Minas e Energia é o PMDB, é o meu Partido e nós vamos intensificar esse Programa Luz Para Todos, vamos intensificar.

Eu falo para os meus colegas Deputados que faz tempo que eu não estou no Poder, mas quando eu sou Poder, eu sei ser Poder, sei exigir e vou exigir que Poconé seja prioridade e vamos construir esse Programa Luz Para todos e vocês podem estar certos disso. Não vou prometer da noite para o dia, porque as coisas não são fáceis. Nem Deus fez o mundo, vocês que são Cristãos sabem que nem Deus fez o mundo em 1 dia, fez em 6 dias. Então, vamos construir, porque o meu objetivo é fixar o homem no campo e nós precisamos colocar o Luz Para todos realmente nos assentamentos aqui.

Faço o compromisso com você, Vereador Celso, que irei na Rede/CEMAT, na ELETRONORTE fazer uma reunião (PALMAS) e vou pedir para os técnicos da Rede/CEMAT e da ELETRONORTE para voltar a Poconé e fazer um levantamento geral para priorizar Poconé no Programa Luz Para Todos.

Passo a palavra para o representante da ELETRONORTE, Sr. Vlamir Marques, para ele fazer todo o entendimento e ver como estão os encaminhamentos do Programa Luz Para Todos.

Ele vai fazer uma explicação, porque ele veio representando o Dr. Gustavo e está aqui conosco. Muito obrigado.

O SR. VLAMIR MARQUES – Primeiro eu quero fazer um agradecimento aos Deputados aqui presentes, à comunidade, à Prefeitura Municipal pela acolhida.

Eu tenho vindo a Poconé para lazer, gosto muito desta cidade e, além do lazer, eu já fiz alguns estudos aqui sem ter comunicado ao Prefeito.

Eu tenho analisado a questão do guaranazinho e nós fizemos um estudo, junto com a Universidade Federal de Mato Grosso, para aproveitar esse guaranazinho junto com o guaraná natural que, pelos estudos, dá um excelente xarope expectorante, melhor que o guapo. Então, tem um valor comercial muito importante nisso, por isso tem que utilizar hoje as instituições de pesquisa do Estado seja UNEMAT, seja Universidade Federal.

Nós temos estuda também aqui nesta comunidade a questão da taboa, inclusive na semana anterior o pessoal da universidade esteve aqui coletando amostra de material. O pessoal pode não saber disso, mas nós tivemos um grande número de pessoas, de professores da Universidade, porque a taboa, além de dar uma renda para a parte de artesanato, tem 70% de óleo, que daria para fazer uma usina de biodiesel. Então, nós estivemos estudando essas alternativas aqui na comunidade.

Eu gostaria de colocar bem claro que o Programa Luz Para Todos, para primeiro entender o nome Programa Luz Para todos. Na realidade o nome é um pouco diferente. É um programa nacional de universalização, de universo, para atender todo mundo, do acesso, que é você

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ter energia na sua casa, e do uso da energia. O uso da energia quer dizer que eu tenho que ter energia naquele ponto com qualidade. E tem que ter dentro daquela comunidade alguma unidade produtiva.

Eu não posso só levar energia... Quando você está falando em projeto, eu nunca penso em projeto, nós pensamos em programa. Quando você pensa em programa, dentro do plano do município, do PPA do município, tem que estar incluída alguma atividade para aquela comunidade, seja uma unidade produtiva, porque na hora que o cara foi fazer o levantamento da energia elétrica naquele assentamento, nós precisávamos saber o seguinte: onde eu preciso de rede trifásica, se existe alguma praça prevista no assentamento, algum posto de saúde, se está prevendo alguma coisa de abastecimento de água naquela comunidade? Isso tinha que ser visto no projeto inicialmente. Se não foi feito esse levantamento, houve uma falha nisso. Existe uma definição da quantidade de equipamentos que vou colocar naquele assentamento. Então, vou dar alguns esclarecimentos nesse aspecto.

Então, o primeiro ponto é o seguinte: o cliente atual hoje, seja público ou privado, e o produto final, tem que ser no tempo e na qualidade.

Vocês estão querendo energia já, correto? Isso a ELETRONORTE vai viabilizar, junto com atendimento do Governo Federal, onde 75% desse recurso vem do Governo Federal, 10% desse recurso é do Governo Estadual, que tem feito sua parte também e 15% da distribuidora. Não tem recurso do município. O recurso, 75%, é do Governo Federal. Correto?

Segundo ponto, no Mato Grosso, no primeiro estudo, no Luz no Campo, previa-se 40 mil domicílios para ser ligado, quando foi feito agora o último estudo, porque se baseou no senso de 2000, o Governo foi pego de surpresa no Estado, desses 40 mil, nós tínhamos 80 mil domicílios a serem ligados em Mato Grosso. Isso significava 30 mil quilômetros de rede, investimento de R\$387 milhões. Então, isso significava atendimento a 142 municípios. Como se vai priorizar o que liga primeiro, o que é mais importante?

O que eu quero colocar para vocês é que com o trabalho do Deputado Zé Carlos do Pátio, de outros Deputados, do Prefeito está sendo priorizado este município de Poconé e, dentro dessas prioridades, estão sendo previstos 289 consumidores dentro do levantamento que tenho. Tem trabalho se iniciando no dia 19 de setembro, alguns no dia 17 de outubro, alguns concluindo no dia 19 de outubro e alguns no dia 17 de novembro. A partir de 17 de novembro não tem nenhum outro assentamento para ser ligado. Toda a relação que foi, através do Ofício 243, de Poconé, pedindo para priorizar várias comunidades: Aranha, Capão Angico, Barreirinho, Fortaleza, Ibé, Inadouro, Pantanalzinho, Santa Rita, Santa Maria, Tanque do Quina, Aeroporto, Bebedouro, Telma, Beatriz, RDR Daniel, Murilo Mamed, RDR Ana Neide, Augustinho Silva, Antônio Soares, PA Agroana, Udce. Então, tudo o que tenho na relação hoje que foi aprovado até o quarto lote vai estar atendido neste ano, no mais tardar até novembro. São obras que já têm previsão de iniciação (PALMAS).

O que chegou para ser atendido e priorizado no comitê já vai ser atendido. Algumas já estão em fase final de planejamento, de projeto já todas com previsão de início, algumas dia 19 de setembro e outras dia 17/10, mas todas já estão com programação para o início do trabalho.

Eu quero deixar bem claro que o Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia está prevendo para este ano, 2005, 19.628 propriedades para serem ligadas com investimento de 37 milhões.

Domicílios rurais não atendidos no Brasil: 12 milhões de pessoas para 2008 – R\$7 bilhões de reais de investimento do Governo Federal. Então, vemos que o Brasil hoje está no escuro na zona rural, 62% da área rural está no escuro, onde tem que se produzir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Quais os benefícios que você tem dentro do programa? Os benefícios dentro do programa são, quero deixar bem claro. Você tem direito a transformador de 05, 10 e 15kva. Então, quando você faz um estudo, vai ter o transformador na sua rede, na sua propriedade de, no mínimo 05kva, ou de 10kv, ou de 15kva, dependendo do estudo de carga que foi feito naquela comunidade, o estudo de demanda que foi feito levantamento.

Então, se ali estava previsto alguma unidade produtiva, alguma unidade farinheira, colocar algum equipamento que necessite de 15 kva, tem que ser um transformador de 15kva, senão, 05kva atende – 05kva está se falando em 80kw/mês. O que significa isso? Em torno de 07 a 08 mil watts de carga. Daria para atender, tranqüilamente, uma propriedade com uma bomba d'água e a parte de iluminação.

Eu não vi o projeto em detalhe, eu peguei esses dados, mas acredito que esse levantamento tenha sido feito correto, porque não ouvi ainda nenhuma reclamação, se tiver, vamos corrigir, porque dá para corrigir a qualquer momento alguma distorção do programa. Então, a parte de rede, que no programa passado era rede de 13.8, neste Governo vai até 34.5, então a rede primária de alta tensão vai até 34,5kv.

No Governo passado era poste de madeira, hoje é poste de concreto e estão sendo implementados já 11 mil postes.

Cruzeta de madeira, hoje e cruzeta de concreto. Vou explicar porque tem essa diferença. O cara falou assim: “Estou no Mato Grosso, na mata, por que não uso madeira?” Por questão de confiabilidade de energia. Se quer uma energia com qualidade, que não fique desligando toda hora. Então o Governo está aplicando multa em cima da distribuidora, em cima da geradora para não ficar parando para dar manutenção, para não ficar preocupado em não ter energia toda hora na sua propriedade, senão, na zona rural são alimentadores de 100km, 50km e não estaria toda hora a linha desligando.

Então, trabalhando com material de melhor qualidade, poste de concreto, cruzeta de concreto, isolador ao invés de porcelana, estar sendo o polimérico, para evitar vandalismo também.

Só para vocês terem uma noção em Mato Grosso, porque é a primeira vez que acontece isso, deixo registrado aqui, no linhão de Cuiabá para Sinop, próximo a Lucas do Rio Verde, tiraram 4 parafusos das torres e serraram, derrubaram 3 torres no chão. Ficamos 48 horas sem energia, 10 município no Estado de Mato Grosso.

Agora, quem está sendo prejudicado com isso? Hospitais, pessoas que estão produzindo, gente que está doente. Quer dizer, então isso é falta de responsabilidade. Então, aqui estamos preocupados com a qualidade do atendimento de energia elétrica no município.

Você tem direito a transformador de 05, 10 e 15kva, tem direito à rede elétrica, rede primária e rede secundária, tem direito ao padrão, está sendo implementados o padrão já em frente a sua casa, tem direito à rede daquele padrão, daquele poste em frente a sua casa até dentro da sua casa, vai ser feita a rede dentro da sua casa em três pontos, três cômodos, então, você vai ter três pontos de luz e duas tomadas, isso com interruptor, lâmpada, fiação, tudo incluído no projeto. O Governo está dando isso tudo de graça. Isso tem que ficar bem claro. Não tem diferença de custo para isso.

Então, a instalação dentro da sua casa, o poste lá na rua, a rede na rua e o atendimento dessa situação.

Agora, o Luz Para Todos não é só levar rede de transmissão. Existem opções tecnológicas que tem que ser colocadas aqui. Se a opção tecnológica para atendimento daquela comunidade, ao invés de você fazer a rede de transmissão, for montar uma micro-central

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

hidrelétrica, uma midi-central hidrelétrica, e ter alguma cachoeira possível isso – tem que se pensar em custo benefício – às vezes seria interessante montar isso naquele local. Então, esses estudos a ELETRONORTE tem feito de graça.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Vlamir, eu vou passar a palavra para uma pessoa e você vai aproveitar e somar com essas suas argumentações, porque o trabalhador aqui quer saber o seguinte: “Vamos fazer projeto, ou não vamos? Quando vai?”

Então, eu quero fazer o seguinte: tem duas pessoas querendo fazer perguntas e depois você continua sua fala, mas coisas mais práticas, de o que podemos estar fazendo.

A primeira pessoa que quer fazer pergunta é o Presidente da Câmara que está me cobrando uma reunião.

Pode fazer a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. CELSO FONTES – Eu disse para o Deputado aqui, porque o anseio da comunidade é a rapidez, Sérgio, de uma resposta a eles.

Então, eu disse para o Deputado o quanto antes marcarmos uma reunião com vocês lá em Cuiabá, para que possamos dar uma solução, trazer uma coisa concreta para esse povo. Vamos supor, a comunidade... Porque aqui têm várias comunidades que estão fáceis de fazer a ligação, a luz passa a questão de 10, 20, 50 metros, em frente a suas casas. Então, nos queremos saber isso. Já marco agora também com o Deputado, se ele pode marcar uma reunião com vocês.

O SR. VLAMIR MARQUES – Essas informações que estão pedindo eu tenho aqui. Isso que estou falando. Todas as demandas que caíram no comitê estadual foram priorizadas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Você não está entendendo.

O SR. VLAMIR MARQUES – Não sei se é isso. E já tem data definida para o início da obra.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Não. Não. Eu quero dizer que várias já estão designadas em função até de uma reunião que nós tivemos com o Gustavo e com a Rede/CEMAT e você trouxe aqui as informações. Mas muitas ainda não serão atendidas. Nós estamos querendo uma reunião, segunda-feira, com a Rede/CEMAT e ELETRONORTE, eu queria que você marcasse para nós, para irmos com uma comissão de vereadores, com o prefeito, com a comunidade, todas as lideranças para cobrar para que consigamos ampliar mais isso aí no 5º, 6º lote, porque até o 4º lote estão esses encaminhados.

Então, é isso que o Presidente da Câmara está pedindo, para que a gente... (VIRADA DE FITA) ...eu queria aquele... Aqui é a Casa do trabalhador, a Casa da Cidadania. O trabalhador tem que falar.

O SR. EMANUEL ELÍDIO ROCHA - Bom dia a todos, a todos que estão aqui, Deputado. Graças a Deus nós estamos na presença de várias pessoas que têm a capacidade de ajudar o nosso Município de Poconé, porque eu nasci e me criei na Baía do Campo. Tenho 60 anos de idade.

E uma coisa que eu quero perguntar também é sobre as casinhas que ficaram prometidas para nós que até o dia de hoje ainda não saíram; das casinhas que ficaram do patrimônio...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor é de qual? Baía do Campo?

O SR. EMANUEL ELÍDIO ROCHA - Sim. Baía do Campo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, depois nós vamos responder. Baía do Campo é INTERMAT ou é INCRA?

O SR. EMANUEL ELÍDIO ROCHA - INTERMAT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Porque foi cortado em 82. Nós não tivemos recurso. O recurso que nós tivemos era para pagar o INTERMAT que para medir a terra.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O nome do senhor?

O SR. EMANUEL ELÍDIO ROCHA - Emanuel Elídio Rocha.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vai ser respondida a pergunta agora do senhor, da Baía do Campo.

Eu passo agora a palavra para o Roberto. Antes, Wlamir, o Roberto vai fazer um encaminhamento e quer uma resposta sua.

Roberto tem uma proposta, um projeto muito bonito. Eu te dou cinco minutos para você falar do seu projeto e o Wlamir vai ver se dar para colocar esse projeto. E depois o Salvador, que é assessor do Deputado Ságua, do PT, vai também fazer uma colocação, e daí o Wlamir responde.

O SR. ROBERTO - Bom dia para todos.

Agradeço o convite do Deputado.

Quero colocar que, na realidade - ele estava entrando no assunto -, energia não é só energia da concessionária. Na realidade, as fontes de energias renováveis poderiam estar atendendo, no caso daquela senhora, que o seu sonho era ter a energia, e o Programa Luz para Todos poderá estar beneficiando-a independente de ter chegado a rede lá, porque faz parte do projeto.

Quando o projeto foi desenhado - eu fiz parte da comissão que desenhou o projeto. O projeto visa atender as pessoas, principalmente os pantaneiros que estão longe da concessionária e não é conveniente, por exemplo, passar uma rede dentro do Pantanal. Então, esse é um dos exemplos.

Segundo, só para dizer que nós temos a felicidade, o Doutor Amauri saiu aqui, mas ele já nos viu várias vezes, que nós temos um projeto em andamento no Estado de Mato Grosso, onde nós usamos algumas fontes de energias renováveis para gerar renda. Porque uma das grandes coisas que acontece, quem é produtor sabe disso, não é só colocar energia lá. Na realidade, se a pessoa não tiver preparada, capacitada, se ele colocar uma bomba e ele começar a irrigar, no final do mês, ele já não vai pagar a primeira conta, porque a concessionária não financia energia para se produzir. A partir dos primeiros 30 dias você já tem que pagar. Então, se você não tiver sido capacitado para poder também trabalhar essa questão todo produtivo e comercialização, ele não vai para lugar nenhum.

Só para dizer. Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2003. Nós batemos às portas de todas as instituições financeiras do Brasil, e nós não conseguimos apoio.

No ano de 2003, teve uma reunião com o Governo do Estado envolvendo o Sr. Gilson e a Coordenação do Banco do Brasil, onde nós queríamos que o Governo, no caso a instituição do Banco do Brasil, entrasse com o financiamento do custeio. Mas infelizmente não fomos atendidos. Buscamos um recurso internacional, através de duas instituições financeiras. E para a nossa satisfação o projeto tem um piloto, em Nobres, que infelizmente ainda tem alguns problemas, porque o Governo não cumpre com a assistência técnica, ele é falho na assistência técnica. Os técnicos não visitam e não dão apoio.

Não conseguimos andar mais com os projetos, porque os gerentes do Banco do Brasil ou de qualquer instituição financeira não conhece nada de energia renovada. Então, todo projeto que bate, seja nas agências, nas superintendências, é negado. Nós temos toda a nossa documentação que foi encaminhada. Não conseguimos sequer o custeio. Mas mesmo assim não desistimos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Amanhã, vai fazer um ano que fomos matéria grande da *Gazeta*, onde estávamos disputando um prêmio internacional e todo mundo com o projeto. Disputamos esse prêmio, na Alemanha, com 168 projetos de todo mundo, onde nós éramos o primo feio da história, porque nós éramos do Brasil, e no Brasil não se prioriza energia renovável. E nós ficamos em sétimo lugar. Isso para efeito do Brasil, nós conseguimos em consequência desse projeto com apoio da ONU. E nós conseguimos idealizar, no Pedra 90, o primeiro Biodigestor Modular Familiar, feito a partir de tambores de PVC. E nós temos o reconhecimento da ONU. Hoje, a nossa tecnologia está sendo replicada no mundo todo, nós cedemos o direito para ONU para poder fazer.

Isso nós queremos colocar, porque é o seguinte: os pequenos produtores na maioria deles tem gado leiteiro, tem resíduos. E uma das primeiras coisas que ele poderia colocar, independente dele já ter a concessionária, ele recebeu um treinamento para aproveitar esse resíduo lá, essas fezes de animais, folhas e tal, para ele produzir um gás, que seria o biogás, onde poderia estar usando, por exemplo, para economizar 40 reais por mês em relação ao botijão de gás. Só que essas tecnologias não são divulgadas. Elas não são divulgadas, porque nós temos um problema sério. Nós temos as questões dos lobbies. Nós temos um problema sério nas questões das concessionárias, onde não deixam o colono, o pequeno agricultor saber.

Se por exemplo uma família tiver dez vacas leiteiras, ele vai estar produzindo por dia equivalente a 100 litros de biofertilizantes, que correspondem aproximadamente a dois, a três sacos de adubos. Então, na realidade, ele poderia estar produzindo o seu próprio adubo e estaria fazendo uma agricultura orgânica, onde poderia estar tendo o seu consumo e poderia estar vendendo.

Então, na realidade, Deputado, o que ocorre é o seguinte: O Brasil tem muitos problemas, nós temos muitas soluções. Nós temos muitos cientistas, nós temos muitos pesquisadores desenvolvendo fontes de energia renovável que podem ser utilizadas para agricultura familiar. Hoje, nós temos ...

Vocês devem estar sabendo dos incêndios que estão envolvendo o nosso País todo, principalmente aqui o nosso Pantanal. O Sesc Pantanal tem o maior sistema de combate de incêndio do mundo, todo ele acionado com energia solar. Se não fosse isso, dificilmente nós conseguiríamos estar apagando, ou pelo menos, mantendo o fogo controlado dentro da reserva Sesc Pantanal. Então, na realidade, Mato Grosso tem muitos exemplos claros. Não só o Mato Grosso, o Nordeste todo. Então, dizer que existem muitas possibilidades de contribuição e de realizações. Como o representante da ELETRONORTE falou. Muita gente que tem ali alguma propriedade tem uma pequena queda d'água. Pode colocar uma roda. Mas isso precisa ser levado.

E outra coisa. Os governantes municipais precisam dar oportunidade para que essas famílias vendam seus produtos na merenda escolar. Você visita Livramento, por exemplo, vai num colégio tem farinha de mandioca do interior do Paraná, sendo que lá é considerada a Capital da farinha. Então, essas coisas, por exemplo, tudo tem que ser num conjunto todo, porque senão o produtor vai produzir. Ele não tem capacidade de comercializar. Ele vai perder o estímulo e vai acabar voltando para a cidade. Então, não adianta dar terra ou só colocar. Tem que ser toda uma questão de capacitação, uma questão de gerenciamento. Agora que ele está presente, Dr. Amauri tem nos visto, insistentemente, lá na EMPAER. E infelizmente mesmo com a ajuda do Sr. Gilson, que tem sido um baluarte lá, tem corrido atrás, pouco tem se feito na prática.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Roberto, pega um cartão meu do meu chefe de gabinete. Monta um documento desse. Eu vou ter reunião com o Superintendente da ELETRONORTE, Dr. Gustavo, e vou ter reunião com o Presidente da ELETRONORTE, agora,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

lá em Brasília, inclusive com o Ministro da ELETRONORTE para discutir o Programa Luz para Todos. Eu quero levar o seu documento. Eu não posso te prometer nada. Eu concordo com você.

Eu venho inclusive denunciando a Rede/Cemat. Eu estou colocando em dúvida esse Programa Luz para Todos, porque a Rede/Cemat não está colocando o Programa Luz para Todos na região do Araguaia.

Ora, um dinheiro subsidiado, e eles estão estipulando prioridades? Eu não vou aceitar, não! Eu inclusive iria entrar no Ministério Público Federal contra a Rede/Cemat bloqueando todo o dinheiro do Programa Luz para Todos para rediscutir esse projeto. Mas eu não vou fazer, porque, na verdade, nós precisamos dar mais continuidade e conseguirmos mais recursos. Essa briga minha, só isso, nós vamos conseguir mais de 100 milhões de reais para o Mato Grosso do Programa Luz para Todos, com o apoio da Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságuas, Senadora Serys Marly, Deputada Teté Bezerra, numa audiência que eu tive com a ELETRONORTE e o Ministro das Minas e Energia. Então, quero dizer para você o seguinte: prepara os documentos. Eu acho que isso daí tudo é uma construção. Você não vai conseguir fácil mesmo, não. Não vou negar para você, não. O jogo é bruto. Mas nós vamos ajudar você a construir a sua idéia levando essas propostas para a ELETRONORTE. Eu quero dizer o seguinte: enganem-se àqueles que acham que as coisas não estão mudando.

Eu estou vindo de Confresa. Confresa está colocando um programa de energia nos assentamentos solar. Mais de 2000 mil trabalhadores estão com energia solar porque lá não é ligado ao sistema nacional de energia. Mais de 2000 trabalhadores. Com 2000 reais eles estão financiando aquelas placas solares, baterias e toda a ligação da casa e bombeamento da água no seu sítio, com 2000, 3000 mil reais. Então, lá em Confresa eu estive este final de semana lá. Saí quase apanhando de lá, porque os trabalhadores estão chateados porque não há no orçamento do Estado financiamento para a agricultura familiar. Não existe financiamento. Eles querem que os Deputados coloquem no orçamento o financiamento da agricultura familiar, inclusive foi uma Audiência Pública que eu fiz lá que estiveram presentes a Senadora Serys, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Ságuas e várias lideranças, o Gilson esteve nesta Audiência Pública, representando o Governo do Estado.

Então, quero aqui dizer para vocês o seguinte: essa questão de alternativas precisam de ter... E a ELETRONORTE não pode ficar cuidando só de rede também, não, e não só financiando as concessionárias, não. Elas têm que buscar novas alternativas até porque esse dinheiro é dinheiro a fundo perdido, e fica subsidiando a Rede/Cemat. E a Rede/Cemat ainda faz parte do comitê. Isso é um crime a Rede/Cemat fazer parte do comitê e decidir onde vai colocar energia elétrica. Então, eu estou do seu lado. Você conta conosco. Eu estou muito de olho na Rede/Cemat. Isso aí para mim, é hoje,... Eu estou com o foco voltado para a Rede/Cemat. Não fique pensando que a Rede/Cemat está bem, não.

O SR. ROBERTO - Só para colocar par Vossa Excelência, Deputado.

O Brasil, hoje, executa um dos maiores projetos do mundo de melhoria de qualidade dos índios. Onde todas as aldeias estão recebendo o sistema de água potável tudo com fontes renováveis. É até uma coisa interessante. Um dos projetos mais bonitos que as televisões do mundo todo estão vindo aqui divulgar, BBC, de Londres, a tevê da França, que acabou de fazer um material, e o Governo Federal não divulga um dos melhores projetos que ele está executando. E a ELETRONORTE faz um projeto fantástico que é estar levando nessas comunidades, nos colégios, nos postos de saúde, energia para funcionamento, mas tem que divulgar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar para o Salvador. Ele assessor, depois, para o Vereador Arrepiado. Depois, nós vamos responder a sua pergunta. O senhor fica aí, porque vai ser respondida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. SALVADOR - Muito obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui o Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado mentor desta Audiência Pública, prefeito municipal, demais Deputados Estaduais aqui presentes, companheiro Bosco, representando o Presidente do INCRA em Mato Grosso, vereador presente aqui, companheiro Celso, e aqui, cumprimentar também aqui o companheiro da ELETRONORTE, a imprensa que está aqui prestigiando esta Audiência Pública.

A importância que tem esta Audiência Pública para o Município de Poconé é tão grande quanto às dificuldades que os trabalhadores e as trabalhadoras no dia-a-dia enfrentam no dia-a-dia nos assentamentos e nas comunidades tradicionais.

Fazer jus aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, e parabenizar Vossa Excelência pelo apoio e o reconhecimento do Governo Federal. Eu tenho acompanhado a sua luta na Assembléia Legislativa, no dia-a-dia do INCRA, nas Audiências Públicas, sendo defensor ferrenho das políticas públicas implementadas neste País pelo Governo Lula.

Sinto-me muito feliz pois depois de ter votado no Lula pela quinta vez, consegui eleger um trabalhador a Presidente da República.

E aqui quando o companheiro da ELETRONORTE coloca aqui a universalização da energia elétrica, esse é fato consumado. Então, está aí a grande importância desta luta. Nós sabemos que muitos assentamentos, aqui já foi colocado, estão passando fome, passando necessidade. Isso é fruto de políticas irresponsáveis que foram com os trabalhadores e com os trabalhadoras (PALMAS). Mas isso não é ruim, não. Nós não aprendemos só com as coisas boas, mas aprendemos com boas com as coisas ruins que acontecem contra o nosso povo. E teria mais se permitido que o INCRA, que o Governo do Estado, as prefeituras deste País continuarem fazendo implementação das políticas públicas sem ter a participação efetiva dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País. Então, é por isso que é importante. Quando eu vejo as pessoas que receberam energia, através da Luz no Campo, e chegar na casa dele, nos assentamentos, lamentavelmente com a energia cortada, é fruto de projetos mal sucedidos. E isso jamais poderemos continuar cometendo esse erro. É preciso que somemos essa parceira.

E aí, prefeito, é importante Vossa Excelência está presente que demonstra o seu comprometimento também com o meio rural. Mas nós não poderemos parar só por aí.

A política do desenvolvimento rural, não só pelo Governo Federal. É preciso que o Governo do Estado também arca com as suas responsabilidades, é preciso que o Governo municipal também faça a sua parte. E como fazer a sua parte?

Hoje, o Deputado Zé Carlos do Pátio sabe disso. O Governo do Estado cortou no orçamento de 2004 e 2005 0,11% do orçamento da agricultura. Isso é muito ruim. Isso demonstra um descompromisso com a agricultura familiar deste Estado. É preciso que os trabalhadores se organizem, enquanto associação, enquanto sindicato, enquanto cooperativa, para que possa fechar as informações. As informações têm que estar nas mãos dos trabalhadores. Não é possível continuarmos querendo que sejam desapropriadas terras, como aqui já ouvimos colocar, que não vão ser desapropriadas, muitas das vezes nunca, ou que vai levar muitos anos para ser desapropriada, que é o caso da Folha do Buriti 2.

Eu conheço a história. É um caso que está na Justiça, lamentavelmente essa história vem desde 96. Já falei outras vezes isso lá. Mas é uma luta persistente, porque os trabalhadores querem aquela área, mas nós sabemos que têm problemas judiciais. E aí não cabe só a vontade do superintendente. Não cabe só a vontade do vereador, ou do deputado, ou do prefeito. Tem que cumprir a legislação. A legislação existe. E quem não cumpre, quem é gestor de política pública, e não cumpre a legislação, o que vai acontecer com ele? Ele pode ser até preso, porque ele

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

descumpriu uma normativa, um regulamento. Então, não é possível continuarmos tentando fazer as coisas fáceis, uma facilidade por uma coisa completamente difícil de ser implementado. Mas quero dizer para vocês o seguinte: uma Audiência Pública como esta, vem trazer a clareza e a transparência com as políticas públicas.

Dizer, Deputado Zé Carlos do Pátio, quando o Bosco colocou aqui da pareceria, hoje, em Poconé sobre a assistência técnica.

Assistência técnica é um legado, é uma dívida dos Governos passados, e é uma dívida e um compromisso do Governo atual de fazer com que chegue aos assentamentos, chegue as comunidades tradicionais. Aqui, em Poconé, têm 72 comunidades tradicionais. E nós estamos brigando pelo Projeto Varredura. Já existe uma parceria entre o Governo do Estado e o INCRA, onde está sendo disponibilizada a regularização de 278 famílias, que vão receber casas, receber fomento e vão ser incluído no PRONAF A. Isso é importante.

Mas só a EMPAER muitas vezes não consegue atender essa demanda. Então, o que nós temos, hoje, que está fazendo assistência técnica, tivemos contato com ele...

Hoje, em Poconé, Deputado Zé Carlos do Pátio, só concluindo.

Já existe um programa que não está sendo operacionalizado em outra região do Estado. É o único que está sendo operacionalizado, através de técnicos, que está sendo organizado com as organizações não governamentais e a CONAB. CONAB, o que é? A compra especial da CONAB, que já está sendo distribuído para o Hospital Geral do Poconé, para a APAE.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só uma pergunta, então. Existe uma firma de técnicos também, além da EMPAER?

O SR. SALVADOR - Já existe. Além do EMPAER, uma organização dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Os trabalhadores que fazem projetos de assistência técnica aqui?

O SR. SALVADOR - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero conhecê-los.

O SR. SALVADOR - Aqui nós devemos ter algum técnico aqui. O pessoal está numa reunião...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tem alguém? Levanta a mão agora, por favor.

O SR. SALVADOR - Eu vi há poucas horas um agrônomo nosso aqui e o presidente....

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero conversar com você depois.

O SR. SALVADOR - Outra coisa, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero conversar com você quando sairmos daqui.

O SR. SALVADOR - Essa coisa é muito interessante para começar a fazer a inclusão da comercialização de quem produz. Isso foi tudo graças à assistência técnica que isso permitiu.

Quer dizer, hoje, tem um programa que já está disponível já, prefeito, que prefeitura pode acessar, através da Secretaria de Agricultura, que são informações, que pode acessar através da CONAB e Banco do Brasil a questão da compra especial urbana. É a agricultura urbana onde vai propiciar que os lotes aqui se transformem em produtivo e gerarem renda e poderem melhorar a qualidade da merenda escolar dessas famílias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, o que acontece. Essas coisas só são possíveis com parceria. Sem parceria as coisas não andam. Mas é preciso ter uma coisa que não cabe ao Deputado, que não cabe a mim. Cabe aos trabalhadores e as trabalhadoras. Não vai ser o prefeito que vai resolver, não vai ser o Deputado, não vai ser o Governador e não vai ser nem o Presidente da República, e não vai ser também o INCRA, que chama organização: organização. Políticas públicas, hoje, existem disponíveis.

O que nós precisamos, hoje, o Carlos Vilela está aqui, ele sabe disso. Precisamos que tenhamos as organizações organizadas, que saibam o que querem, que sabem planejar um projeto, que acessar esse projeto. Deputado Zé Carlos do Pátio, estou concluindo.

Só para pedir para Vossa Excelência, como sugestão.

As outras Audiência Públicas que Vossa Excelência for fazer, Deputado Zé Carlos do Pátio, é só uma sugestão. Chama para a Mesa o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e chama para a Mesa o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que são duas organizações locais, que representam os trabalhadores. E qualquer política pública, hoje, sem essas duas organizações, dificilmente, ela tem sucesso. Então, só como sugestão, que Vossa Excelência nas suas próximas Audiências Públicas faça jus e chama essas duas pessoas que são de suma importância para discutirem a questão do desenvolvimento rural, para discutirem questão agrária. Sem ter o Presidente do Conselho e sem ter o Sindicato, quer dizer, fica uma coisa um pouquinho vago. Muito obrigado. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu concordo. Eu acho que foi um erro do Cerimonial, porque nós chegamos e conduzimos. Mas ainda dá tempo, eu quero convidar. Foi uma lição para mim.

Convido o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para compor a Mesa para ficar aqui do nosso lado. E convido também o Presidente do Conselho Municipal de Agricultura.

Quero aqui dizer o seguinte: quem coordena essa questão de Mesa é o Cerimonial. Muitas vezes o Cerimonial não sabe a densidade dessas pessoas. E chegamos na reunião e conduzimos desse jeito. Mas você tem razão. O Conselho Municipal tem um poder de decisão muito grande e dirige. Agora o Conselho Municipal, talvez o Cerimonial não chamou antes, porque muitas vezes é ligado ao Secretário de Agricultura, e o Prefeito estava representado aqui... Por isso...

Dois minutos para o Dr. Wlamir para fazer as suas conclusões.

O SR. WLAMIR MARQUES - Queria colocar bem claro o seguinte: o Mato Grosso tem um potencial energético muito grande. Nós temos tido algumas opções tecnológicas interessantes. Vou dar uns exemplos para vocês aí.

Nós estamos implementando lá em Colniza, a 150 quilômetros de Colniza, no meio da mata, lá em Guariba, numa comunidade, uma usina de biodiesel, onde vai ser criada uma cooperativa pela comunidade. Nós estamos estruturando toda essa cooperativa, a ELETRONORTE junto com a Universidade Federal de Mato Grosso. Nós estamos com três rotas tecnológicas, sendo que duas tecnologias são inovadores em nível mundial, sendo desenvolvida pela UFMT. Uma tecnologia que você faz um processo, hoje, de biodiesel que levaria uma hora, você vai fazer em quinze minutos, com baixo custo de implementação. A vantagem é o seguinte: você vai ter uma usina de extração de óleo, uma minidestilaria de álcool e uma usina de biodiesel, onde os geradores que vão atender a parte de eletricidade daquela comunidade, o combustível dele vai ser produzido pela própria comunidade a baixo custo.

Então, isso quer dizer o seguinte: você vai utilizar material do extrativismo tipo babaçu, castanha, orelha de macaco, vários tipos de oleaginosas do extrativismo, você vai dar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

emprego para o extrativista e vai dar opção para o produtor rural, plantação de mamona, plantação de girassol, amendoim. Só que não é só você falar e definir o que você vai trabalhar.

O que eu gostaria de trazer para esse campo aqui é o seguinte: quando você definir alguma atividade para o produtor rural, você tem que ter assistência técnica. Só que antes você tem que fazer o estudo sócio, econômico e ambiental, onde você envolve área de agronomia para fazer o estudo daquela propriedade, da condição de saúde daquele trabalhador, da condição da terra daquele trabalhador, no que você tem que fazer para corrigir aquela terra, para você começar a produzir alguma coisa. Senão você não define alguma produção integrada em função cooperativa. Porque o cara pega um PRONAF e só pensa em plantar mandioca, botar uma vaquinha ali para sustento. E pensando coletivamente? Você está pensando coletivamente em quê? Então, se você não sabe o que você quer, então, fica difícil você trabalhar.

Então, eu tenho levado nesses trabalhos da seguinte forma: agrônomos da Universidade Federal de Mato Grosso, levo professores e alunos da Universidade Federal de Mato Grosso. Tenho levado economistas para fazer estudo de mercado e fazer análise da cadeia produtiva como um todo. O que você vai produzir e quem vai comprar isso? E onde vai trabalhar com isso aí? Tem condições a estrada, tem que melhorar a estrada, tem que melhorar a ponte? O que você tem que fazer para escoar aquele produto? Precisa de maquinário para o pessoal trabalhar? Vai trabalhar só manual? Vai trabalhar mecanizado? Então, precisamos fazer um levantamento por propriedade. Isso tem que colocar bem claro para isso aí.

Então, têm opções dentro do programa Biodiesel, tem opções do hidrogênio, nós estamos implementado uma usina de hidrogênio no Mato Grosso aqui também. Um projeto piloto junto com a UNICAMP. Vai sair em Porto Esperidião. A molécula de hidrogênio você vai tirar do álcool. O futuro do Brasil não é o biodiesel. Em 2020 é o hidrogênio. Carros movidos a hidrogênio, tudo a hidrogênio. Você vai tirar uma molécula de hidrogênio você tira do álcool ou pode tirar da água ou de alguma oleaginosa que tem hidrogênio na molécula. E do outro lado o oxigênio natural e com a reação química você vai produzir eletricidade.

A questão eólica no Mato Grosso, o Mato Grosso com esse desmatamento desordenado que teve no Estado, aumentou a velocidade de vento. Nós temos a velocidade de vento aí na região de Campo Novo do Parecis, para cima naquele Chapadão do Parecis, velocidade de vento igual ao que você tem no Nordeste na beira da praia. Então, existe possibilidade, hoje, de geração de eletricidade com eólica. Eu tenho estudado também uma outra opção de... A área termal.

O Mato Grosso, hoje, tem vários municípios do Estado, seja na Baixada Cuiabana, seja nessas regiões toda, na questão de você poder fazer o aproveitamento da energia do lençol freático em nível de calor que tem em Mato Grosso. Mato Grosso usa isso só para as Águas Quentes, só para tomar banho, para lazer. Não usa num secador de grão, fazer um secador de madeira e para produção de eletricidade da questão da água quente termal.

Outra opção: gaseficador, biodigestor. Então, isso aí você pode utilizar. Pegar um lixão e virar um aterro sanitário, produzir eletricidade com isso. Mudar o manejo do gado, hoje, de uma maneira que você aproveita aquilo resíduo, aquele gado de uma forma ordenada para você produzir um biodigestor. Tecnologia tem hoje. Mas tem que fazer estudos para podermos implementar essas tecnologias. Roda d'água, microcentrais, pequenas centrais elétricas. A ELETRONORTE faz esses estudos também, a universidade também faz esse estudo, a iniciativa privada faz estudo.

Agora o que acontece nos programas do Governo é que eles não integrados. Vou dar um exemplo tanto para o município aqui como para o Estado, para vocês também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Quando você entra com o Programa Luz para Todos está levando a eletrificação para aquela propriedade, mas a luz, a iluminação pública, isso é um outro programa. A iluminação chama reluz. E esse programa é um outro programa que não está com o Ministério de Minas e Energia. Ele está com a ELETROBRAS. 75% desse recurso são da ELETROBRAS. 5% do município, 10% da distribuidora. E o que o município tem que fazer? Fazer um ofício para ELETROBRAS pedindo essa iluminação pública. Não só é dependendo do vereador ou de um político, o cara pedir na Câmara um ponto de luz dentro da cidade. Você pode fazer iluminação do município como um todo, isso que eu quero colocar isso para você. O Reluz é um programa do Governo Federal. Está disponível. Muito pouco município está utilizando ele, por falta de comunicação.

Outro programa chama-se PROCEL, Programa de Conservação de Energia Elétrica., eficiência energética. Isso aí é o seguinte: conseguimos dentro do programa no mesmo patamar, 75% são da ELETROBRAS; 10% da distribuidora e 5% do município, esse programa diz o seguinte: você consegue melhorar a eficiência energética de prédios públicos, escola, posto de saúde, iluminação pública de praças públicas. Então, o que eficiência, o que quer dizer isso?

Você consegue, fazer com que gaste menos energia, colocando uma iluminação de melhor qualidade ali naquele ponto ou um sistema de refrigeração. Com isso, você vai diminuir o investimento na rede, que você vai ter um consumo menor, o município vai pagar menos o gasto que o Estado teria ou o município naquele prédio público, com isso, você consegue aumentar mais leitos hospitalares, mais equipamentos. É outro programa do Governo que está aí para ser utilizado, mas o pessoal não tem utilizado por falta de comunicação.

Então, eu estou colocando o seguinte: Nós, na ELETRONORTE, estamos disponíveis, estamos com as portas abertas para atender vocês. Nós temos aqui toda a relação de obras. Não tem nenhuma obra que não conclua até novembro.

Temos algumas obras que vão começar agora em setembro. O lote 05 está sendo previsto daqui a uma semana ou dez dias a reunião do comitê. Nesse comitê estadual, quero deixar bem claro, tem representante do INCRA lá, só que ele tem que ir na reunião, só que não vai. Isso tem que ficar bem claro para defender os interesses daquele assentamento que seja colocado do INCRA. Tem representante do SEDER que vem olhar dos assentamentos do INTERMAT, do Estado, tem que estar presente também, não tem ido às reuniões também. Tem representante da AMM, que representa os municípios. Tem representante do Governo Estadual, que é da SICME, que olha a Secretaria de Indústria e Comércio de Minas e Energia do Estado, que tem que estar presente na reunião; tem representante da Universidade Federal de Mato Grosso; tem representante da Agência de Regulação do Estado de Mato Grosso e tem representante do SEBRAE que também nunca está presente. Porque o Governo pensa que não é só levar energia, é fazer as ações integradas do projeto. Isso que é importante. Verificar o que você precisa no momento certo.

E a ELETRONORTE, Deputado Zé Carlos do Pátio, as portas estão abertas para ele, o prefeito, as portas estão abertas, os vereadores, os deputados, nós vamos poder atender vocês. O engenheiro Gustavo, que é Superintendente, me deu essa incumbência de vir aqui. E eu tenho o maior prazer de vir aqui para falar isso para vocês. O que foi colocado lá, foi priorizado e vai ser atendido com a máxima urgência. Agora eu não sei se o que está nessa relação aqui é toda a necessidade de vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não.

O SR. WLAMIR MARQUES - Já tive aqui do lado o cara colocando para mim. "Wlamir, o tema... (VIRADA DE FITA) ...agradecer primeiro esta oportunidade de estar aqui. Toda

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

vez que chega ofício na ELETRONORTE, nós analisamos tecnicamente, e junto com o Zé Carlos, o pessoal, temos ido à CEMAT, temos feito reunião. A CEMAT tem priorizado o que é possível.

Agora, eu queria deixar uma colocação para você a respeito do Baixo Araguaia. O pessoal foi para Brasília, segunda e terça-feira, o engenheiro Gustavo, que é o Superintendente do Programa Luz para Todos e a engenheira Kellen, junto com a Rede CEMAT, e estão estudando uma alternativa de eletrificação para o Baixo Araguaia.

A primeira alternativa de colocar grupos geradores a ELETRONORTE não aceitou, porque era uma alternativa a curto prazo e daqui a um ano e meio já não atenderia mais a necessidade daquela comunidade. Então, colocar uma energia que daqui um ano e meio não tem como resolver o problema... Na realidade, é preciso levar uma eletrificação, um linhão, para lá. Só que a CEMAT, a distribuidora no Estado, não investiu em geração própria. E hoje está dependendo muito da iniciativa privada. Algumas obras da iniciativa privada estão atrasadas. A ELETRONORTE pode contribuir fazendo estudo no Estado da situação energética do Estado, fazendo o levantamento de pequenas centrais hidrelétricas no Estado. Entregando esse levantamento pronto, vamos tentar parceiros privados e parceiros públicos para ter uma forma de atendimento rápido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu quero comunicar a presença da Prof^ª Wanda Rosa, da Comunidade de Sete Porcos, rodovia Cuiabá/Cáceres, KM-110.

O Vereador Emir Lucas quer fazer uma intervenção. Depois passarei a palavra para o Vereador Rodimilson Barros, Vereador de Poconé.

Com a palavra, o Vereador Emir Lucas, que dispõe de um minuto e logo depois o Vereador Rodimilson Barros.

O SR. EMIR LUCAS – Eu gostaria só de dizer para o companheiro da ELETRONORTE que nós temos nesta Casa, foi protocolado, Deputado, uma relação de todas as comunidades de Poconé naquela reunião que Vossa Excelência marcou na Rede CEMAT, que teve a ELETRONORTE presente e ficou acertado que quando fosse iniciar qualquer obra ela também viria aqui sentar para discutir - as lideranças aqui da região - o que está acontecendo aqui em Poconé.

Eu gostaria de dizer a todas autoridades o que está acontecendo aqui em Poconé. Começa a obra, tem uma comunidade num ponto, a próxima obra qual seria? A vizinha. E não está acontecendo isso. O que está acontecendo aqui é que não está tendo um planejamento da obra quando inicia aqui. Começa uma na região, começa outra, mal termina, pula produtor aqui, já vai atender o quinto produtor, e o que nós queremos é um planejamento, independente de questões partidárias, mas que todos peguem o linhão e que todos sejam atendidos.

Aí tem a demanda de Sete Porcos, de todas as comunidades, nós encaminhamos. Ficou de ele passar um posicionamento para nós, Deputado, e gostaria até que Vossa Excelência intercedesse junto à ELETRONORTE nessa próxima semana, para nós estarmos lá com uma liderança de cada comunidade que não tem energia para que possamos discutir junto sobre esse benefício. Lá vamos discutir também a questão dos Programas Luz no Campo, Luz para Todos, enfim todos os programas.

Não tem como discutir aqui, no momento, mas se Vossa Excelência permitir, porque nós já temos um documento lá que tem todas as comunidades e essa relação que Vossa Excelência falou não atingiu nem 5% da demanda da nossa cidade.

Inclusive, eu gostaria de fazer essa colocação...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Nós vamos conduzir a reunião. Eu só queria pedir o seguinte: marque para segunda-feira de manhã, porque amanhã estarei em Paranatinga, Novo Santo Antônio, Santo Antônio do Leste, Novo São Joaquim e depois eu vou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

para a região de Cáceres e só volto segunda-feira. Mas eu queria que fossem todas as entidades, Vereador Emir. Eu queria que fossem todas as entidades, a ELETRONORTE e a Rede CEMAT. Vamos marcar isso, está aqui o meu assessor, estou com quatro assessores aqui. Vamos ver se até segunda-feira nós sabemos o porquê, para definirmos uma política, um planejamento mais bem definido sobre o Programa Luz para Todos. Eu queria só pedir isso para você (PALMAS).

O SR. EMIR LUCAS – Ok! Vamos atender isso aí!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Obrigado! Eu gostei muito, conheci-o hoje, mas gostei muito de você, porque você é uma pessoa muito comprometida. Eu estou sentindo que você está acompanhando o problema lá do Araguaia, está acompanhando tudo. Eu estou muito satisfeito. Parabéns!

O SR. EMIR LUCAS – Eu tenho ido para Colíder, eu fui naquele Assentamento Veraneio, eu fui para Feliz Natal, no Xingu. Eu tenho olhado bem de perto o problema dos produtores. Eu coloco para você o seguinte: vocês têm que trabalhar muito integrado nos projetos. Então, eu tenho visto assim: o cara com 75 mil pés de coco, foi incentivado a plantar e agora o cara está com o coco na mão. É essa a situação. Plantou caju, 150 mil pés de caju e estão as castanhas estragando dentro da propriedade, e não faz nem suco.

Então, nós temos tentado alguns outros parceiros, que podemos dar uma dica para você também, onde tem outra forma de recurso em outro local.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Romilson Barros, Vereador de Poconé.

O SR. ROMILSON BARROS – Deputado Zé Carlos do Pátio, em seu nome quero cumprimentar toda a Mesa; senhoras e senhores; meu irmão Reinaldo; Jorge, Presidente do Sindicato; Lúcio; nossos amigos do Portal Rural da Felicidade, antigo Modelo; Acampamento do Parque de Exposição. Deputado, nós estamos preocupados com esse povo que já foi despejado de vários acampamentos e já estão brigando, estão querendo tirá-los também lá do Parque de Exposição.

O senhor falou em timidez do antigo Banco da Terra, hoje, Crédito Fundiário. Quero expor a toda sociedade poconeana que existe esse caminho para ser assentado, mas eu não vou falar timidez, eu vou falar picuinhas políticas. Existe em Poconé picuinhas políticas (PALMAS)! Picuinhas políticas! Eu não posso aceitar que um cidadão poconeano que está há mais de quatro, cinco anos debaixo de uma lona preta não foi procurado pelo Banco da Terra, Banco de Crédito Fundiário. Tem quatro anos que eles estão lá debaixo de lona preta. Hoje, vem me falar: “Ah! Ontem eu estive conversando com o fulano de tal”, com o Lúcio. Mas isso aí já devia ser muito antes, porque eles têm quase quatro anos debaixo de lona preta e sendo despejados. De todos os lugares que eles ficam acampados, eles são despejados, e nós não podemos aceitar isso, Deputado.

Nós ficamos tristes! O senhor falou que ficou triste. Eu também estou triste pelo Assentamento Lambari. O Banco da Terra assentou várias pessoas aqui e não deu técnicos para fazer acompanhamento com todo esse pessoal, que está sofrendo hoje, não tem água e isso aí vai ser cobrado dos assentados que estão lá. Nós temos pessoas nossas que estão assentadas lá e por isso eu falo com conhecimento de causa. Os canos de água que eram para distribuir água a todos os assentados estão totalmente perdidos.

E nós temos que cobrar isso de Vossa Excelência, Deputado, que leve a nossa preocupação ao Governo do Estado e aos Deputados que já saíram, seus representantes, que levem a preocupação nossa, porque ali verbas foram desviadas, eu acho. E foi cobrado de cada morador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

daquele assentamento dinheiro para arrumar estrada. Eu levo Vossa Excelência lá para mostrar que não tem estrada e provo isso, tenho conhecimento de causa.

Então, não venha o representante do Crédito Fundiário falar aqui que o Governo do Estado está começando a lançar isso aí. Tem que parar com picuinhas políticas nesta cidade. Nós temos que resolver o problema. Se tem quatro anos que os cidadãos daqui do Parque de Exposição estão acampados, estão querendo um pedacinho de terra para eles... Vamos olhar para eles! Eles já têm mais tempo que certos cidadãos aí (PALMAS). E eu quero ainda, Deputado, ir nesse assentamento que está saindo lá em Cangas, eu quero ver se não tem pessoas que têm casas e até fazendas que devem estar acampadas nesses lugares. Nós temos que fiscalizar isso (PALMAS).

Então, nós estamos cobrando aqui fiscalização do Governo do Estado nos assentamentos do extinto Banco da Terra. O problema do Luz no Campo transferir para Luz para Todos, nós temos que cobrar isso de Vossa Excelência, porque nós somos apenas um Vereador e não temos capacidade de estar cobrando isso em Brasília, mas com a ajuda dos Srs. Deputados nós temos que resolver esse problema do Luz no Campo, transferindo para Luz para Todos.

Eu quero que vocês prestem atenção no que eu vou falar aqui agora. É preciso pedir, fazer com que o Banco do Brasil repasse esses empréstimos diretamente para o produtor. Nós temos conhecimento que o Banco do Brasil passa o dinheiro não para o produtor, mas para uma empresa. Aí, essa empresa, Deputado, fica lá segurando aquele recurso que é do produtor. Nós vamos dar um exemplo aqui: saiu a verba para a compra de um animal. O banco deposita direto na conta daquele cidadão que tem o animal para vender. Só que esse animal é superfaturado. O dinheiro que se compra duas vacas – vou falar na língua nossa aqui de Poconé – hoje se compra uma aqui, por esses créditos que estão liberando.

Nós estamos falando isso para vocês, que passem essas verbas diretamente para o produtor. Ora, se o produtor já está com o nome dele lá, o seu CPF, o seu RG, os seus documentos e foi aprovado o seu projeto, por que não liberar o dinheiro para ele? Eles que têm que administrar o seu dinheiro. Agora, passar dinheiro na mão de senhores donos de materiais de construção, como já teve aqui no Assentamento Lambari, foi mais de quinze famílias que estão hoje... Se vocês forem lá, ainda tem gente lá terminando a obra na sua casa. Vão lá para vocês verem! Eu vou com vocês!

Então, nós falamos isso com conhecimento de causa. É isso que nós queríamos deixar para vocês trabalhadores, que nós estamos do lado de vocês para o que der e vier. Agora, não venham pessoas querer passar melado na nossa boca, porque nós temos conhecimento de toda Poconé, de todo esse povo sofrido que está na zona rural, nós temos conhecimento disso. Mas nós somos apenas Vereador, que indicamos o que é para ser feito, mas infelizmente nós não somos atendidos.

Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Vereador Caçamba, de Poconé.

Eu quero que todos sejam breves, porque nós já estamos encerrando a nossa Audiência Pública.

O SR. CAÇAMBA – Sr. Presidente que ora preside a Sessão, nosso amigo Deputado Zé Carlos do Pátio; Prefeito Municipal, Clóvis Martins; Deputado Estadual João Malheiros; Presidente Celso Fontes, na pessoa dele cumprimento os demais Vereadores e na pessoa do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poconé cumprimento todos os ruralistas presentes.

Endossando as palavras do nosso amigo Emir Lucas, nós queremos dizer a Vossa Excelência que no mês de janeiro tivemos uma reunião com a Superintendência do Banco do Brasil

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

aqui. O problema do Banco do Brasil é que não está preocupado com o ser humano e sim com a máquina.

Então, nós pedimos que Vossa Excelência leve ao conhecimento que a Agência de Poconé, para atender principalmente esses moradores a 120 quilômetros da cidade, nós não precisamos de máquina eletrônica e sim de máquina humana de qualidade... (PALMAS). Isso que nós estamos precisando.

E, nós, Srs. Deputados, temos a plena certeza de que o problema da terra, nós temos que fazer o passado. Não vamos lembrar do passado, quem usava, quem recebia as propostas de determinados fazendeiros para vender sua área para o Governo do Estado e para o INCRA, para receber comissão.

Senhores produtores, quem avalia que a terra é produtiva ou não é os senhores, para que no amanhã não culpem o Zé Carlos do Pátio, não culpem o João Malheiros, não culpem o Celso, não culpem o Caçamba.

Então, na hora que algum fazendeiro falar: “Eu quero vender minha fazenda!”. “Quer vender?”, “Quero!”. Se a terra prestar, compra! Se não prestar – um português bem daqui – a cangaia vai ficar na nossa nuca. Então, que nós sejamos justos. Dinheiro público é para ser investido em benefício do povo, não para ser jogado em cascalho. Aqui nós temos área que foi comprada que nem pé de lixeira não cresce por ser terra ruim.

Então, é do conhecimento, não precisa o Zé Carlos do Pátio falar, não precisa o Caçamba falar. Então, na hora de comprar a área, nós sentamos com o pessoal do Crédito Fundiário, na pessoa do Amaury. Então, nós discutimos e eles estão com essa proposta. Quem aprova se a terra tem condições de vocês produzir, para que vocês, com a produção daquela terra ali, pagar o financiamento e sustentar sua família são vocês.

Então, nós queremos agradecer, Deputado, por essa Audiência Pública.

Terminando, representante da ELETRONORTE, temos certeza de que não foi feito um levantamento técnico como o senhor disse aí, acompanhado de um agrônomo, de um biólogo. Mas eu tenho certeza, através do Vice-Prefeito, pela Prefeitura de Poconé, de que foi feito um levantamento aproximadamente de 90% da área rural, onde tem que ser levada energia elétrica. O próprio Vice-Prefeito pode confirmar ao senhor.

É a possibilidade do estudo do passado para que no presente possamos transformar a Luz no Campo em Luz para Todos, no sentido daquela taxa de financiamento, para que o mesmo direito de quem fará o Luz para Todos seja o direito daquele pessoal da Luz no Campo. Basta a taxa de iluminação que tem que pagar e ainda tem que pagar o financiamento do Luz no Campo.

Então, nós fomos lá, vimos o projeto, a Câmara Municipal, com o apoio de Vossa Excelência, do Deputado João Malheiros, dos demais companheiros que estão pensando, sem distinção de sigla partidária... Só uma sigla nós temos que defender na Assembléia Legislativa e aqui na Câmara Municipal, que é o produtor rural. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Parabéns!

Aliás, o Deputado João Malheiros é uma referência para mim e eu vou convidá-lo para encerrar esta Audiência Pública, por causa dessa referência. Nós lá, somos verdadeiros irmãos, trabalhando juntos.

Com a palavra, o Sr. Tico de Arlindo, Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Agricultura.

O SR. TICO DE ARLINDO – Bom-dia a todos, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado João Malheiros, Prefeito Municipal Clóvis Martins, Vereadores presentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Nós gostaríamos, Deputado, de avisar, principalmente, sobre o Luz para Todos que aqui em Poconé foi o primeiro município a acreditar nesse projeto. A EMPAER fez um levantamento de campo e mandou lá para a ELETRONORTE, um dos primeiros cadastramentos que foram feitos.

Hoje, nós temos, realmente, toda a comunidade levantada e isso dá em torno de umas 1.400 ligações em Poconé. E nós estamos aí, correndo atrás, porque Poconé tem um diferencial de outros municípios. As comunidades têm casas centralizadas e toda a região nossa de Poconé já tem o linhão passando. Então, não temos tantas distâncias a serem puxadas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Só para fazer um encaminhamento. O senhor tem o levantamento já, o projeto pronto? Porque o projeto quem faz é a Rede CEMAT...

O SR. TICO DE ARLINDO – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Ela chegou a fazer o projeto?

O SR. TICO DE ARLINDO – O levantamento das pessoas que precisam da energia (PALMAS).

Aquele levantamento que a ELETRONORTE necessita, que é o levantamento das inscrições das pessoas que foram feitas pela EMPAER aqui no município.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Muito bem!

O SR. TICO DE ARLINDO – E nós vamos acompanhando...

Inclusive, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Podia até convidá-lo para participar dessa reunião conosco, com o levantamento...

O SR. TICO DE ARLINDO – O levantamento... É justamente isso. As pessoas colocam o seu RG, o seu CPF e a distância que está mais próxima da energia, que é o que a ELETRONORTE necessita.

Então, Poconé tem tudo isso já e nós precisamos, realmente, de força para que venha mais benefício aqui para Poconé.

Em relação ao Crédito Fundiário, nós temos acompanhado como membro do Conselho, temos lutado e sabemos que existem distorções de projetos que não tiveram resultados, mas grande parte disso é por causa do mercado, Deputado. Nós precisamos lutar por mercado! Poconé sabe produzir, os produtores que estão aqui sabem produzir, mas estamos com imensa dificuldade na venda dos nossos produtos. Não estamos conseguindo vender. É isso que faz com que nós estejamos atrasando até pagamentos de determinadas parcelas no banco. Nós sabemos produzir e estamos com dificuldade.

Estamos aí junto com os Vereadores lutando para trazer alguma indústria, algum empresário que compre a nossa produção, para não vir atravessadores comprar barato e, sabendo que vendendo barato eles não conseguem honrar as parcelas e aí dificulta para o Banco do Brasil aprovar novos financiamentos.

Então, a luta é grande, nós temos apoio do Prefeito, apoio da Câmara Municipal e apoio dos Deputados, eu tenho certeza de que vamos viabilizar o mercado, que é muito importante para ter novamente crédito aqui em Poconé.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Nós agradecemos.

Com a palavra, o Sr. Amaury Campos, porque ele foi citado e eu acho que aqui é um processo democrático. O Amaury foi citado várias vezes e nós precisamos fazer políticas abertas, democráticas e com direito às pessoas poderem responder.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. AMAURY CAMPOS – Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade.

Eu gostaria de dizer a todas as autoridades aqui presentes, Deputados, Vereadores, Vereador Rodimilson que usou da palavra, que nós fazemos nosso trabalho com a maior transparência possível.

Quando nós – está aí o Vereador Caçamba que tem participado de nossas reuniões e mais autoridades, Vereadores que têm participado de nossas reuniões – começamos a fazer o trabalho, nós sempre gostamos de ver a participação do povo, ele que decide. E nós sempre pedimos encarecidamente... E por isso que usei na minha palavra aqui capacitação do Conselho Municipal, em que estão incluídos Câmara de Vereadores, Prefeitura, todas as instituições aqui e mais 50% dos trabalhadores que representam.

Então, com relação a essa questão, eu gostaria de fazer um apelo aos trabalhadores rurais, a todos os Vereadores aqui presentes, que nós estamos começando, fazendo um trabalho aqui no município, um trabalho sério com relação ao assentamento pelo Crédito Fundiário. Vocês são os fiscais natos para ver quem é que merece a terra e quem não merece. Agora, eu, ou talvez o Vereador Rodimilson sozinho, ou o Vereador Arrepiado, ou o Prefeito, qualquer um de nós, não temos bola de cristal para adivinhar quem são as pessoas que estão entrando dentro do Crédito Fundiário.

Por favor, se você, Vereador, conhece alguém que eu não estou conhecendo, que não preencha os requisitos da reforma agrária, me procure, que nós estamos dispostos a corrigir qualquer tipo de erro, porque nós sabemos que essa pessoa pode estar tirando alguém que merece a terra. E nós precisamos desse apoio. É por isso que passa no Conselho e nós apoiamos as decisões do Conselho Municipal.

E, outra, com relação à questão que ele citou. Realmente, Vereador, é uma preocupação a questão da água naquele assentamento. Como eu disse no início, gestão anterior, que não é só isso, aqui ainda é pequeno na frente de tantos problemas que o senhor conhece que nós temos no Estado. E nós precisamos resolver o problema, que é um problema interno da própria associação. O senhor tem conhecimento disso também, o senhor tem conhecimento que o repasse do recurso é passado para a associação e a associação é que administra esse recurso.

Então, internamente, eles têm que resolver, eles têm razão dos problemas que estão lá. Houve problema! Já estamos tomando providência. Se for o caso, vai para o Ministério Público, como já tem outros assentamentos que estão indo para o Ministério Público, e alguém vai ter que pagar por isso.

Só para conhecimento dos senhores, ele tem uma irmã que tem um lote lá, é um dos beneficiários lá, da família dele, que está lá dentro. Realmente, essa questão da água é preciso ser resolvida. Nós já estamos tomando providência. O Estado está tomando providência. Se não for resolvido entre os parceiros e o responsável pela venda do produto ou da rede de água, nós vamos levar para o Ministério Público e já está sendo encaminhado para isso.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Nós agradecemos.

Eu vou vender o peixe do PPS do Deputado. Nós temos que ser uma família agora. O interesse de Poconé está acima de qualquer coisa. Hoje, quem administra o Ministério da Integração Regional é o Ciro Gomes, que era do PPS e ele está conseguindo um recurso junto ao Governo Lula, ao Governo Federal, para poços artesianos. E, inclusive, vai repassar recurso. E o Governo do Estado – tem que falar o que é verdade – deu prioridade para toda Baixada Cuiabana. Então, nós temos que deixar isso... Estamos esperando... O Gilson vai vir aqui uma hora para falar sobre isso e nós estamos trabalhando nesse sentido também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Com a palavra, o Sr. Almir de Souza Ferro, Coordenador Regional da EMPAER, da Baixada Cuiabana.

Sr. Almir, o INCRA arrumou doze milhões de reais para a EMPAER. Eu quero aqui falar uma coisa, eu vou ter uma audiência com o Governador, terça-feira, às 14:00 horas e vou dizer ao Governador que ele está investindo pouco na EMPAER. Isso eu vou falar direto com o Governador Blairo Maggi.

O INCRA arrumou doze milhões de reais para a EMPAER, fez um convênio. Agora, a EMPAER também tem que ter orçamento próprio do Governo do Estado. Eu acho que nós temos que fortalecer vocês. O que eu puder fazer para ajudá-los, eu vou fazer. Mas eu estou sentindo que neste Governo, o Governo do Estado não está dando o apoio que a EMPAER merece. Eu acho que vocês merecem muito mais, porque nós precisamos da EMPAER para esses projetos.

O SR. ALMIR DE SOUZA FERRO – Inicialmente, nós queremos cumprimentar todos os agricultores, as agricultoras, as lideranças rurais, jovens aqui presentes.

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, nós cumprimentamos todas as autoridades da Mesa aqui presentes.

A EMPAER, como é do conhecimento de todos vocês, é uma empresa do Governo do Estado, é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Hoje, a EMPAER está presente em mais de 120 municípios do Estado de Mato Grosso, como é o caso aqui de Poconé.

Aqui em Poconé, hoje, nós temos uma equipe atual de dois técnicos em agropecuária e um engenheiro agrônomo. Devemos aumentar essa equipe com mais um profissional e assim ficar com quatro profissionais.

É interessante dizer que no Estado de Mato Grosso, Deputado, nós temos hoje 140 mil famílias, nós temos 70 mil famílias assentadas. A EMPAER, sozinha, para atender todas essas famílias precisaria triplicar, aumentar três vezes o seu quadro de técnicos.

Nós sabemos, hoje, que no Estado de Mato Grosso existem mais 15 empresas de assistência técnica já atuando, entre elas, sindicatos, Prefeituras, empresas privadas e eu acho que isso é muito bom, até porque o Governo do Estado assumiu que o Estado sozinho não tem condições financeiras de assumir toda assistência técnica no Estado de Mato Grosso. Diante disso, eu acho que é muito bem-vinda, mas a EMPAER, principalmente aqui em Poconé, é uma parceira. Por conta dessa falta de profissionais ou de não dispor de uma equipe adequada, como é o caso aqui de Poconé, nós temos buscado parcerias com a Prefeitura Municipal, temos recebido o apoio total da Prefeitura, através da Secretaria de Agricultura, temos buscado parcerias com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que é um Conselho muito atuante aqui em Poconé. Com o Sindicato, com o Banco do Brasil, nós temos feito uma ótima parceria e essa parceria vem fortalecendo muito. Nós temos utilizado uma forma de trabalho, que é o sistema de mutirão. Por exemplo, numa necessidade de intensificar a elaboração dos projetos agropecuários aqui em Poconé, Deputado, nós podemos deslocar de outros municípios para que ...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Sr. Amaury, por favor...

O SR. AMAURY CAMPOS – Eu quero até lembrar, Deputado, antes de Vossa Excelência falar, que em 2003, Vossa Excelência fez um documento que foi uma Moção de Aplausos, quer dizer foi um documento elogiando o bom trabalho que a EMPAER prestou aqui em Poconé. Eu tenho até hoje a cópia desse documento lá no Escritório Regional...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu queria só pedir um favor, porque o Banco do Brasil falou aqui hoje, o Dr. Carlos Vilela, o senhor está falando agora, a ELETRONORTE, eu acho que foi muito proveitosa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

É o seguinte: vai haver um mutirão de financiamento, igual nós fizemos aquele outro e a EMPAER foi maravilhosa nesse projeto, foi maravilhosa... Está gravando aqui... E volto a dizer que estou orgulhoso da EMPAER. A única coisa que eu questiono não é a EMPAER, é um problema meu com o Governador.

Então, o que eu quero colocar é o seguinte, o que eu ia pedir... Eu vou falar com o Governador na terça-feira, vou ter uma audiência com ele... Eu ia pedir para a sua pessoa nos ajudar a colocar mais técnicos agora, porque nós vamos intensificar agora esses projetos de financiamento aqui com o apoio do Banco do Brasil, e nós temos que erguer o nosso município.

Então, eu queria ver se o senhor pode nos ajudar nisso, de coração, que eu vou ficar muito feliz com esse apoio da EMPAER. Colocar mais técnicos, para vermos se intensifica os financiamentos para os pequenos produtores (PALMAS).

O SR. AMAURY CAMPOS – Com certeza, Deputado. Nós temos o Município de Livramento, a 70 quilômetros daqui, com uma equipe de técnicos, o Município de Cuiabá, com uma equipe grande de técnicos, e se necessário, nós podemos deslocar para cá e trabalhar no sistema de mutirão.

Deputado, antes de encerrar, só para responder uma pergunta aqui de uma senhora que o Sr. Carlos Vilela passou para nós. Ela fez uma pergunta interessante aqui. É a Eliane e ela perguntou assim: Qual é o nicho de mercado para os pequenos produtores do Pantanal? Em outras palavras, ela perguntou o seguinte: Onde estão os mercados que compram ou que podem comprar a produção dos pequenos produtores aqui do Pantanal?

Eu quero dizer que antigamente era assim: o agricultor plantava, produzia e depois de colhida a sua produção ele dizia o seguinte: “Agora, eu vou procurar o comprador para o meu produto”. E antigamente ele conseguia. Hoje, mudou. Hoje é assim: antes de ele tomar a decisão do que plantar, ele tem que responder algumas perguntas. Quais são essas perguntas? Primeira: quem é que vai consumir o que eu vou produzir? Segunda: quem é que vai comprar a minha produção? Onde tem o comércio para a minha produção? Terceira: qual é o preço que eu vou ter do meu produto? É um preço que compensa? E por último: de que forma eu vou transportar a minha produção? Depois que ele responder essas perguntas satisfatoriamente, aí ele pode tomar a decisão do que plantar.

Então, essa questão de mercado... (VIRADA DE FITA) ...discussão em nível dos assentamentos e das comunidades. Se nós criamos o Grupo dos Produtores de Mandioca, o Grupo dos Produtores da Pecuária de Leite, o Grupo dos Produtores de Fruticultura, porque o mercado hoje só compra se tiver volume, se tiver constância e se tiver qualidade de produto.

Então, essa discussão nós temos que fazer para poder articular onde vamos comercializar a nossa produção, caso contrário, vamos produzir e não vamos ter para quem vender.

Muito obrigado pela oportunidade, Deputado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu agradeço essa parceria da EMPAER.

Foi bom que você me lembrou dessa Moção de Aplausos porque eu vou fazer outra. Aliás, não só à EMPAER, mas a todas entidades, porque estou muito feliz com a ELETRONORTE também, são várias entidades, o Banco do Brasil... E quero aqui dizer: o Banco do Brasil está sendo criticado, mas isso é positivo, ouviu, Dr. Carlos Vilela? Porque o senhor, ontem, estava em Colniza, vocês estão andando o Estado todo. O Dr. Olímpio estava em Confresa comigo, vocês dobraram esse financiamento graças ao Governo Lula, que também não pode negar, que aumentou os recursos.

Com a palavra, o Sr. Clóvis Martins, Prefeito Municipal de Poconé.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. CLÓVIS MARTINS - Bom-dia a todos!

Nós gostaríamos de cumprimentar os Deputados Zé Carlos do Pátio e João Malheiros; o representante da ELETRONORTE; Presidente do Conselho; em nome do Presidente da Câmara, Vereador Celso Pontes, cumprimento os demais vereadores; o João Bosco, representando o INCRA; a EMPAER; e Carlos Vilela, representando o Banco do Brasil.

Nós gostaríamos, Deputado Zé Carlos do Pátio, de parabenizar Vossa Excelência por ter provocado esta Audiência Pública.

E nós gostaríamos, ainda mais, de parabenizar os nossos produtores e produtoras que agora, são meio-dia e dez e ninguém arredou o pé daqui, para ouvir as propostas melhores para o dia-a-dia...(PALMAS). E nós que somos administradores, que estamos hoje como gestor do nosso município, temos é que louvar essa atitude do Deputado Zé Carlos do Pátio. Nós que por várias vezes estivemos indo até o INCRA, encontramos Vossa Excelência por lá juntamente com outros Deputados reivindicando melhoria para o nosso povo.

Então, está de parabéns também o Deputado João Malheiros que está marcando presença nesta Audiência Pública e o Deputado Campos Neto. Apesar de hoje ter uma Sessão na Assembléia Legislativa, mas vocês estão aqui discutindo. E a verdadeira democracia é essa aqui, onde o cidadão vem se entender quais são os direitos de cada produtor rural.

Nós queremos parabenizar o Governo Federal, o Governo Lula por esse grande projeto que é o Luz para todos. A ELETRONORTE está sendo parceira do município. Nós que tivemos lá na reunião com o Gustavo e com a Kelly, queremos dizer que fomos muito bem atendidos, onde pudemos levar todas as reivindicações de todas as comunidades rurais. E nós pedimos lá para o Sr. Gustavo, na inauguração do Projeto Luz para todos, do Projeto Nossa Terra Nossa Gente, que desse prioridade também para as comunidades tradicionais. Nós sabemos de várias comunidades que ainda não têm a energia, então, isso tem que ser prioridade também para as comunidades tradicionais.

Queremos mencionar ao representante do Banco do Brasil, Sr. Carlos Vilela, que realmente o pequeno, infelizmente, não está tendo acesso ao recurso porque muitos dos senhores aqui, se fizerem um levantamento, tem lá um projeto feito na EMPAER, encaminhado par o Banco do Brasil, mas, infelizmente, não sai (PALMAS). E a gente chegando no Banco do Brasil, procura: tem recurso? Recurso fala que tem, e não tem pouco, que é de milhões e milhões.

Mas o pequeno, Deputada, não está tendo acesso. Então, é isso que devemos discutir, a sociedade juntamente com representantes municipais, com vereadores, com prefeitos, com os Deputados que aqui estão, com os representantes das entidades, para que nós possamos ter dias melhores para os nossos pequenos produtores.

Queremos aqui parabenizar, em nome do nosso amigo Leonel que está aqui hoje, o João Bosco, representando o INCRA. Nós, todas as vezes que o procuramos lá, fomos muito bem atendidos pelo Leonel. Por isso estamos fazendo parceria, já há um projeto de estrada lá para Agroana/Giral, principalmente para o núcleo São João, onde estamos assinando um recurso em breve. Já foi encaminhado para Brasília, de cem mil reais, com contrapartida de 10% da prefeitura municipal. Hoje, estamos protocolando, tenho certeza que neste horário já foi protocolado, a questão do poço artesiano também para o Assentamento Agroana/Giral, no Núcleo São João.

Então, são essas parcerias que o poder público tem que fazer. E a nossa Secretaria de Agricultura, através do nosso vice-prefeito e Secretário Tico de Arlindo, está fazendo com toda comunidade rural e uma grande parceria com a EMPAER. Nós queremos aqui agradecer a EMPAER por estar dando as condições para que a nossa Secretaria de Agricultura esteja trabalhando juntos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, é dessa maneira, Deputados Zé Carlos do Pátio e João Malheiros, que o município cresce, principalmente, por nossos pequenos produtores. Nós queremos aqui também parabenizar o Governo do Estado através do INTERMAT, do nosso amigo e companheiro, Jair Mariano, que muito tem feito também para o Município de Poconé...(PALMAS). As grandes parcerias estão acontecendo também.

Quero dar aqui uma notícia que todos estão aguardando: lá no antigo modelo, que é o Assentamento Rural Portal Rural da Felicidade, onde o Secretário de Agricultura incluiu a Felicidade no meio, hoje devem estar aqui os técnicos, lá juntamente com o Jair Mariano, não sei se ele vai poder vir, mas para que possa ter a certeza de que as casas já vão vir para cá para fazer a licitação. Então, é mais um projeto...(PALMAS). É mais um projeto. Estamos aguardando, esta semana, essas pessoas. Nós estivemos lá com a Presidente Geni, na semana passada, no qual ela também já tinha nos falado que esta semana estaria vindo para cá o Jair Mariano, mandando a equipe do INTERMAT para que possa sair a construção das casas do Projeto Rural da Felicidade. Então, é dessa maneira, são essas parcerias. Nós estivemos lá reunidos também com ele, vendo a questão da ponte, onde estivemos com o nosso maquinário arrumando a estrada.

Então, está de parabéns os pequenos produtores que aqui vieram para ouvir. Quero dizer também que o Vereador Emir pediu uma audiência para hoje, com as pessoas que eram para serem assentadas lá no Mundo Novo. Já marcamos para ele, às 17:00 horas, estaremos lá no nosso gabinete à disposição para que possamos estar discutindo...(PALMAS), porque o nosso Governo é um Governo democrático e a verdadeira democracia é isto aqui. Então, parabéns (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está correto, Prefeito.

Eu quero aqui dizer o seguinte, gente: o que eu quero colocar aqui, o prefeito acabou de usar a palavra, na verdade, as eleições já acabaram e nós temos que trabalhar juntos pelas cidades. Eu quero aqui colocar para vocês que vamos todo mundo juntar forças. Eu estou muito preocupado com Poconé. Muito preocupado com Poconé. Eu estou dizendo isso de coração.

Essa questão é a seguinte: nós temos que unir nossas forças para trabalhar por Poconé. Daqui a quatro anos, cada um tem sua torcida, quem é corintiano torce para o Corinthians, quem é flamenguista torce para o Flamengo, aí a coisa vai. Mas, agora vamos nos unir para trabalhar por Poconé. Eu estou muito preocupado. Eu estou preocupado com Poconé, é por isso que fizemos esta Audiência Pública.

Antes de passar a palavra, solicito ao Deputado João Malheiros que assuma a direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara Municipal quer fazer um adendo final.

O SR. CELSO FONTES - Mais uma vez quero cumprimentar os trabalhadores que aqui se encontram.

Eu quero aqui, Deputado, agradecer a atenção de todos os presentes, como disse o Prefeito, até um horário deste, meio-dia, estão todos aqui ansiosos nos ouvindo.

Em especial, também, nós temos que agradecer o Deputado Zé Carlos do Pátio por ter atendido este anseio de vocês, este anseio de discutir ações de suporte da reforma agrária neste município, um programa tão importante quanto o Luz para todos, habitação, PRONAF e outros que foram discutidos aqui. A reforma agrária é uma necessidade neste país e essencial para o desenvolvimento deste Município de Poconé. Esperamos que nesta Audiência Pública encontremos soluções para atender esta comunidade trabalhadora e sanar seus problemas.

Deputados, nós sabemos o quanto este povo trabalhador tem sofrido, muitas vezes, para ganhar o pão de cada dia de sua família. Nós temos aqui, a partir do dia 1º de janeiro, quando eu assumi o meu mandato de vereador, do qual foi este povo humilde que me outorgou, Deputados, nós temos trabalhado incansavelmente. Muitas vezes vivemos num município tão perseguido da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

política, Deputados, eu tenho sido alvo, diuturnamente, por alguns que não querem trabalhar, querem atrapalhar o desenvolvimento do nosso município.

Mas eu tenho falado e falo a todos esses trabalhadores que eu os tenho como minha família, do qual estou disposto a pagar qualquer preço, arcar com o fardo sofrimento, se opor a qualquer inimigo, de forma a garantir o sucesso e a liberdade de cada um de vocês. Nós sabemos aqui, meu povo, o quanto vocês são sofridos por questões políticas no nosso Município...(PALMAS). Mas esse preço nós estamos dispostos a pagar juntos com vocês, pessoal. Mas pagar com serviços para vocês, buscar objetivos, buscar recursos para que eu possa dar dias de vida melhores para vocês e suas famílias.

Deputado, aqui têm mais de setenta comunidades! Em apenas um mês nós percorremos todas essas comunidades. Nós queremos, sim, o quanto antes resolver essa questão. Aqui nós temos o pessoal do Mundo Novo, Deputado. E quero marcar com Vossa Excelência, em Cuiabá, para resolvermos essa questão do Mundo Novo...(PALMAS). Eles já foram despejados três vezes de acampamentos! Isso é uma humilhação que fazem com os trabalhadores. Isso nós não podemos aceitar. Isso, eu, como Vereador e Presidente desta Instituição, estou disposto a pagar qualquer preço pela vida melhor de vocês...(PALMAS).

Eu quero deixar aqui o meu muito obrigado, agradecer a compreensão e a vinda de vocês. Peço para que Deus ilumine vocês e que retorne vocês com Deus para suas casas. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer a todos os trabalhadores aqui, que vai ter almoço para vocês, já foi viabilizado.

Quero aqui, neste momento, dizer o seguinte: aqui foram discutidos todos os encaminhamentos. Foram discutidas a questão da ELETRONORTE, a questão do INCRA, a questão do INTERMAT, a questão do Banco do Brasil, EMPAER, eu acho que todos os encaminhamentos foram feitos. O importante, vocês muitas vezes vão dizer, mas falaram, falaram e aí, vai ter? Vai ter os desdobramentos, isso aqui vai ter os desdobramentos. Todos são lideranças, são representações políticas que vão, a partir de agora, já olhavam para Poconé, vão olhar mais ainda. Vão olhar mais ainda!

Uma outra coisa que eu acho bonita, que foi uma reunião em que estavam todas as forças políticas de Poconé para, justamente, somarmos forças no interesse da Cidade. Então, nós vamos construir essa relação. O que depender de mim para construir essa relação, para o fortalecimento de Poconé, vocês podem contar comigo.

Na próxima semana eu estarei aqui, inclusive, num trabalho conjunto com o Deputado João Malheiros, estarei aqui duas vezes para fazermos alguns procedimentos e alguns encaminhamentos internos com a Câmara, com a Prefeitura, fazendo algumas visitas...(PALMAS). E quero aqui colocar para vocês: nós vamos continuar construindo essa Poconé que nós queremos. Vocês podem ficar tranquilos que nós estamos trabalhando.

Vocês hão de convir comigo que as coisas avançaram. Avançaram! Eu não posso negar para vocês que já avançou muito. Eu lembro que há quatro ou cinco anos atrás quando estávamos aqui, muitos trabalhadores não tinham uma perspectiva de rumo porque o garimpo já tinha exaurido, tinha acabado. Muitas vezes eu vejo o INCRA ser atacado, mas eu acho que houve avanço. Nós não podemos jogar toda carga em cima do INCRA, dos problemas sociais, como se o INCRA fosse responsável para resolver os problemas sociais de todos. Muita gente não sabe, sabem essas casas feitas pelo INTERMAT aqui, do Nossa terra Nossa gente, é dinheiro do INCRA. Vocês sabiam disso ou não? Muita gente não sabia. Isso é dinheiro do INCRA. Está construindo ao lado da Cidade várias casas do Nossa terra Nossa gente, é o INCRA que colocou. Sabem quantos milhões o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Leonel passou para o INTERMAT, passou para o Jair Mariano só para construir casas em Mato Grosso, dinheiro do INCRA, não só lá, mas em vários assentamentos que estão sendo feitos aqui pelo INTERMAT? Dezesete milhões de reais o INCRA repassou para o INTERMAT.

Se pensar, os doze milhões para a EMPAER, dezessete milhões para o INTERMAT, então, o INCRA está sendo um parceiro. O Prefeito mesmo falou de um convênio que está assinando agora... Mas não é fácil. Eu quero dizer o seguinte: O INCRA tem uma dívida com Poconé? Tem...(PALMAS). O Deputado Zé Carlos do Pátio vai cobrar? Vai.

Mas nós não podemos deixar de reconhecer o trabalho do INCRA, deixar de reconhecer o trabalho do Banco do Brasil, Dr. Carlos Vilela. O senhor hoje é um democrata, o Banco do Brasil há quatro anos atrás era um banco das elites, dos ricos, eu sempre falei isso: só rico que entrava no Banco do Brasil. O FCO era só para rico, hoje o trabalhador está tendo acesso, a nossa esperança é muito boa. A ELETRONORTE cobrava para levar luz, não cobra mais. Então, as coisas estão avançando, a EMPAER está sendo uma grande parceira nossa, que é um orgulho para nós. Então, as coisas estão avançando, gente.

E quero aqui dizer para vocês que estou satisfeito, eu, como homem público, como cidadão, estou sentindo que as coisas estão avançando. Mas não estou aqui dizendo que estou satisfeito, que nós vamos parar, não. Nós vamos lutar mais, para a coisa avançar mais. Mas que avançou, avançou. Nós vamos lutar para avançar mais, nós vamos.

Então, eu quero agradecer a todos. Neste momento, eu quero convidar meu colega, Deputado João Malheiros, vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, cuiabano de chapa e cruz, ele vai assumir esta Audiência Pública para fazer as considerações finais e encerrar esta Audiência Pública (PALMAS).

(O SR. DEPUTADO JOÃO MALHEIROS ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS).

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Vou ser rapidíssimo porque o homem público tem que ter desconfiômetro. Sabemos que neste horário todos nós já estamos exauridos pelo cansaço, pela fome e não seria diferente.

Mas, meu querido companheiro, Deputado Zé Carlos do Pátio, com quem nós temos uma ligação fraterna, com quem nós temos empunhado algumas lutas em prol do povo de Mato Grosso.

Esta é a terra do Antônio João Ribeiro de Arruda, esta é a terra de um herói! Herói que deixou este legado, é por isso que o povo daqui é um povo persistente, valente, que não se deixa dobrar por nada. Eu gostaria de fazer esta homenagem àquele que demonstrou para o Brasil, que pagou com a vida em luta da defesa do destino da nossa nação. Por si só, as informações que aqui obtivemos, eu já dizia isso para o Deputado Zé Carlos do Pátio, já foram de grande valia. Nós queremos ainda e verificamos uma possibilidade, e acho que esta é real, de todos, Câmara Municipal, através dos meus queridos companheiros vereadores. Eu fui vereador por quatro mandatos e sinto-me à vontade para tratar com os vereadores de qualquer parte do meu Estado, porque quem por dezesseis anos serviu a Cuiabá como vereador, conhece as angústias que pode e, evidentemente, tem e as dificuldades que os Srs. Vereadores enfrentam.

O Sr. Prefeito Municipal, Amaury, João Malheiros, Zé Carlos do Pátio, Campos Neto e outros companheiros que aqui não estiveram porque temos Sessão em Cuiabá hoje, como o senhor bem disse, temos outros Deputados que gostariam de estar aqui somando a esta luta do Deputado Zé Carlos do Pátio que em boa hora veio com esta Audiência Pública.

Ao Banco do Brasil, a ELETRONORTE, a EMPAER, o INTERMAT, o INCRA, a todos os senhores presentes, já disseram aqui há pouco, o Deputado Zé Carlos do Pátio, nós estamos satisfeitos, sim, estamos satisfeitos com o que está acontecendo e o que pode vir a acontecer. Mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS AÇÕES DE SUPORTE À REFORMA
AGRÁRIA, REALIZADA EM POCONÉ, NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:30
HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

nós estaremos satisfeitos muito mais quando verificarmos que todos os assentamentos terão água, quando verificarmos que todos as casas terão sua luz, como há poucos dias no *Globo Rural* eu vi uma cidadã, no Rio Grande do Sul sendo beneficiada pela ELETRONORTE, acendendo pela primeira vez sua luz, depois de residir quarenta anos naquela comunidade. É isso que nós queremos. É por isso que todos juntos, irmanados num só pensamento, haveremos de somar os nossos esforços para o bem de vocês, principalmente daqueles que mais necessitam do poder público.

Muito obrigado, fiquem com Deus! Contem conosco que dias melhores virão
(PALMAS)!

Esperamos que esta Audiência Pública, realmente, seja de grande valia para todos nós.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão.

* Degravação de fita cassete.